

Cadernos da Comunicação
Série Memória

Imprensa alternativa Apogeu, queda e novos caminhos

RIO



PREFEITURA

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Os *Cadernos da Comunicação* são uma publicação da
Secretaria Especial de Comunicação Social da Prefeitura da
Cidade do Rio de Janeiro.
Abril 2005

Imprensa alternativa: apogeu, queda e novos caminhos.
— Rio de Janeiro : Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro:
Secretaria Especial de Comunicação Social, 2005.

80 p.: — (Cadernos da Comunicação. Série Memória; v.13)

ISSN 1676-5494

Inclui bibliografia.

1. Imprensa alternativa – História. I.
Secretaria Municipal de Comunicação Social.

DDD - 070.981

A coleção dos Cadernos da Comunicação pode ser acessada no *site*
da Prefeitura/Secretaria Especial de Comunicação Social:
www.rio.rj.gov.br/secs

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
Rua Afonso Cavalcanti 455 – bloco 1 – sala 1.372
Cidade Nova
Rio de Janeiro – RJ
CEP 20211-110
e-mail: cadernos@pcrj.rj.gov.br

Todos os direitos desta edição reservados à Prefeitura da Cidade
do Rio de Janeiro. Nenhuma parte desta publicação pode ser
reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer
meios (eletrônico ou mecânico) ou arquivada em qualquer sistema
ou banco de dados sem permissão escrita da Prefeitura.



Prefeito
Cesar Maia

Secretária Especial de Comunicação Social
Ágata Messina

CADERNOS DA COMUNICAÇÃO
Série Memória

Comissão Editorial
Ágata Messina
Helena Duque
Leonel Kaz
Regina Stela Braga

Edição
Regina Stela Braga

Redação e pesquisa
Andrea Coelho

Revisão
Alexandre José de Paula Santos

Projeto gráfico e diagramação
Marco Augusto Macedo

Capa
Carlos Amaral/SEPROP
Marco Augusto Macedo

CADERNOS DA COMUNICAÇÃO

Edições anteriores

Série Memória

- 1 - Correio da Manhã – Compromisso com a verdade
- 2 - Rio de Janeiro: As Primeiras Reportagens – Relatos do século XVI
- 3 - O Cruzeiro – A maior e melhor revista da América Latina
- 4 - Mulheres em Revista – O jornalismo feminino no Brasil
- 5 - Brasília, Capital da Controvérsia – A construção, a mudança e a imprensa
- 6 - O Rádio Educativo no Brasil
- 7 - Última Hora – Uma revolução na imprensa brasileira
- 8 - Verão de 1930-31: Tempo quente nos jornais do Rio
- 9 - Diário Carioca – O máximo de jornal no mínimo de espaço
- 10 - Getúlio Vargas e a Imprensa
- 11 - TV Tupi, a Pioneira na América do Sul
- 12 - Novos Rumos, uma Velha Fórmula – A mudança do perfil do rádio no Brasil

Série Estudos

- 1 - Para um Manual de Redação do Jornalismo On-Line
- 2 - Reportagem Policial – Realidade e Ficção
- 3 - Fotojornalismo Digital no Brasil – A imagem na imprensa da era pós-fotográfica
- 4 - Jornalismo, Justiça e Verdade
- 5 - Um Olhar Bem-Humorado sobre o Rio nos Anos 20
- 6 - Manual de Radiojornalismo
- 7 - New Journalism – A reportagem como criação literária
- 8 - A Cultura como Notícia no Jornalismo Brasileiro
- 9 - A Imagem da Notícia – O jornalismo no cinema
- 10 - A Indústria dos Quadrinhos
- 11 - Jornalismo Esportivo – Os craques da emoção
- 12 - Manual de Jornalismo Empresarial

A palavra "alternativo" já era usada nos Estados Unidos e na Inglaterra para designar arte e cultura não convencionais. Significa também optar entre duas coisas que se excluem reciprocamente, a única saída para uma situação difícil. O *Aurélio* consagra a expressão "imprensa alternativa" como "órgão de imprensa que se caracteriza por uma posição editorial renovadora, independente e polêmica".

Os jornais alternativos das décadas de 60 e 70 eram tudo isso. Em contraste com a complacência da maioria da grande imprensa da época, denunciavam violações dos direitos humanos e faziam a crítica sistemática do modelo econômico. O primeiro foi o *Pif Paf*, lançado por Millôr Fernandes em maio de 1964; logo depois, *O Bondinho*, *O Pasquim*, *Movimento* e muitos outros. No final do regime militar que governou o Brasil por mais de 20 anos, podiam-se contar mais de 150 jornais alternativos de vários tipos – satíricos, políticos, feministas, ecológicos, culturais –, que hoje pertencem à história do jornalismo nacional.

Jornalistas conhecidos, como Ziraldo, Claudius, Jaguar e o já citado Millôr Fernandes engajaram-se nessa corrente. Uma nova geração de jovens desenhistas, como Henfil, Fortuna, Loredano, os irmãos Caruso, Angeli e Luiz Ge, praticamente despontou na imprensa alternativa.

Não era apenas o discurso ideológico, entretanto, que guiava o surgimento dos alternativos. Alguns, como *O Bondinho*, *Versus*, *Ex* e *O Pasquim*, inspiraram-se nos movimentos de contracultura norte-americanos, no orientalismo, no anarquismo e no existencialismo de Jean-Paul Sartre. Investiram principalmente contra o autoritarismo na esfera dos costumes e introduziram no Brasil temáticas como a antipsiquiatria e a psicanálise de Reich. Outros, como *Beijo*, *Brasil Mulher* e *Lampião*, abriram a discussão sobre temas antes pouco abordados, que iam do homossexualismo aos direitos da mulher, passando pela ecologia.

A imprensa alternativa desapareceu como fenômeno social e de mídia e as novas gerações rejeitam os padrões éticos e ideológicos dos anos 70. Mas pequenos jornais e revistas continuaram a surgir isoladamente, estimulados pelas novas tecnologias, que vieram facilitar a produção e distribuição de veículos alternativos. A internet, por sua vez, se apresenta como um dos novos caminhos da imprensa alternativa. A procura por um mundo melhor continua. Sem utopia.

Sonho impossível

Sonhar

Mais um sonho impossível

Lutar

Quando é fácil ceder.

Vencer o inimigo invencível

Negar quando a regra é vender

Sofrer a tortura implacável

Romper a incabível prisão

Voar num limite improvável

Tocar o inacessível chão

É minha lei, é minha questão

Virar esse mundo

Cravar esse chão

Não me importa saber

Se é terrível demais

Quantas guerras terei que vencer

Por um pouco de paz.

E amanhã, se esse chão que eu beijei

For meu leito e perdão

Vou saber que valeu delirar

E morrer de paixão

E assim, seja lá como for

Vai ter fim a infinita aflição

E o mundo vai ver uma flor

Brotar do impossível chão

Versão de Chico Buarque e Ruy Guerra
da canção *Impossible Dream*, de J. Darion e M. Leigh

Sumário

O apogeu das alternativas	8
Desaparecimento de um fenômeno	23
Pif Paf, o pioneiro	28
Os três grandes da imprensa nanica	37
O Pasquim	38
Opinião	47
Movimento	55
Novos caminhos	63
Cinco anos de reportagem	
Raimundo Rodrigues Pereira	64
Caros amigos – Um outro jornalismo é possível	
Francisco José Bicudo Pereira Filho	70
Bibliografia	78

O apogeu das alternativas

Entre 1964 e 1980, nasceram e morreram no Brasil cerca de 150 periódicos, que ficaram conhecidos como *imprensa alternativa* (também chamada de *nanica*, *independente*, entre outros). O dicionário de Aurélio Buarque de Holanda, entretanto, faz uma diferença: a imprensa alternativa caracterizar-se-ia “por uma posição editorial renovadora, independente e polêmica”. Já a chamada imprensa nanica seria um tipo de imprensa alternativa com estrutura empresarial modesta e poucos recursos financeiros. Seria também caracterizada pelo formato tablóide, comum à maioria dessas publicações.

Os jornais alternativos da época conseguiram reunir várias tendências, desde a discussão político-intelectual até as manifestações mais descompromissadas de humor. Em comum, esses jornais apresentavam a característica da resistência ao regime militar. Tinham uma postura de oposição ao governo bem mais contundente do que a grande imprensa e denunciavam sistematicamente violações dos direitos humanos como torturas e prisões ilegais, além de críticas ao modelo econômico.

Havia, basicamente, duas grandes classes de jornais alternativos. Alguns, predominantemente políticos, tinham raízes nos ideais de valorização do nacional e do popular dos anos 50 e no marxismo vulgarizado dos meios estudantis nos anos 60. (...)

A outra classe de jornais foi criada por jornalistas que passaram a rejeitar a primazia do discurso ideológico. Mais voltados à crítica dos costumes e à ruptura cultural, tinham suas raízes nos movimentos de contracultura norte-americanos e, através deles, no orientalismo, no anarquismo e no existencialismo de Jean-Paul Sartre. (...) Mas, mesmo esses jornais

alternativos, de raízes mais existencialistas do que marxistas, atuavam no plano da contingência política, opondo-se ao regime até mais visceralmente, como observou José Luiz Braga. (...)¹

O jornalista e professor Bernardo Kucinski² também classifica a imprensa alternativa em três grandes linhagens, duas delas tendo recebido influência direta do jornalismo praticado na revista *Realidade*:

Realidade foi lançada em 1966, pela Editora Abril. Por sua natureza e concepção, esteve na origem da imprensa que nos anos 60 foi a portadora de um estilo de resistência à ditadura militar. Mas apresentava também um jornalismo com ambições estéticas, inspirado no *new journalism* americano, baseado na vivência direta do jornalismo. Funcionava com uma redação que gozava de grande autonomia na orientação de cada número. O grupo todo tinha a mesma posição editorial, as reuniões primavam por seu espírito democrático e pela preocupação política.

(...)

O núcleo de jornalistas que forneceu um dos eixos de profissionais que alimentaram o projeto de *Realidade*, no entanto, estava em São Paulo. Foi no jornal *Grêmio Informa*, do grêmio da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo – que substituiu o *Amanhã* no início de 1968 –, que Paulo Patarra, então editor de *Realidade*, trouxe Raimundo Pereira para o seu projeto.³

1 KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*.

2 Bernardo Kucinski é professor de jornalismo na Escola de Comunicações e Artes da USP. Foi editor da revista *Veja*, participou da criação da revista *Bondinho* e do semanário *Opinião*. Foi um dos fundadores dos semanários *Movimento* e *Em Tempo*, ex-produtor e locutor no serviço brasileiro da BBC de Londres.

3 *Cadernos da Comunicação*. Série Estudos; v. 7 – *New Journalism: a reportagem como criação literária*.

Uma dessas linhagens era composta por jornalistas ligados ao projeto político de Raimundo Pereira e seu tablóide *Amanhã* (1967) e dela fazem parte alguns dos alternativos de maior repercussão, como *Opinião* (1972), *Movimento* (1975) e *Em Tempo* (1977). A segunda era mais existencial e antidoutrinária, tendo como exemplos *Bondinho* (1970), *Grilo* (1971) e *Ex* (1973).

Finalmente, temos a linhagem dos jornais satíricos, nascida da intelectualidade carioca e tendo como líderes os cartunistas Jaguar, Ziraldo, Millôr Fernandes e Henfil. Além de responsáveis pelo lançamento do primeiro alternativo, *Pif Paf* (1964), e do mais duradouro deles, *O Pasquim* (1969), cabe aos humoristas do Rio de Janeiro a criação dos mais importantes alternativos dos anos 70, como *A Carapuça* (1968), *Flor do Mal* (1970), de Luiz Carlos Maciel, e *Já* (1971) e *Enfim* (1979), de Tarso de Castro. Não podemos esquecer, entretanto, as linhagens regionais, como *Exemplar* (1967), e *Pato Macho* (1971), editada por Luís Fernando Veríssimo, ambas de Porto Alegre, e *Fala Paraná* (1981), braço do jornal *Movimento* em Londrina.

Já em seu artigo “A imprensa alternativa – Ontem e hoje”⁴, o jornalista Márcio Bueno divide a história da imprensa alternativa, a partir do AI-5, em três fases. A primeira, de 1968 a 1973, é caracterizada pelo “milagre econômico” e pela dura repressão política. A segunda, de 1974 a 1979, é a fase de distensão e início da abertura, quando a imprensa alternativa se expande bastante. A terceira, com início por volta de 1980, quando a censura prévia deixa de existir e os exilados começam a retornar ao país.

Segundo o jornalista Márcio Bueno, entretanto, é errônea a conclusão de que estes jornais surgiram com a ditadura e desapareceram com a abertura:

4 In: *20 anos de resistência – alternativas da cultura no regime militar*. Mello, Maria Amélia (org.). Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1986.

(...) Antes do golpe militar de 64, por exemplo, as bancas exibiam diversos títulos destas publicações: *O Panfleto*, de Leonel Brizola, então deputado federal do Rio, pelo Partido Socialista Brasileiro; *Novos Rumos*, semanário do Partido Comunista Brasileiro, que na época tinha uma existência semilegal; *Brasil Urgente*, semanário dos padres dominicanos de São Paulo; *Classe Operária*, dos dissidentes do PCB, que mantiveram o antigo nome do partido – PC do B; *O Semanário*, dirigido por Osvaldo Costa e que tinha Caio Prado Júnior como um dos principais editores. Além destes jornais, os leitores podiam dispor de revistas que, grosso modo, estavam do mesmo lado. Era o caso da *Brasiliense*, dirigida por Elias Chaves Neto e Caio Prado Júnior, ou *Problemas da Paz e do Socialismo*, do PCB.⁵

O *boom* da imprensa alternativa não foi, entretanto, um fenômeno exclusivamente brasileiro. Mais ou menos na mesma época, regimes autoritários que se pautaram pela censura aos meios de comunicação, pela perseguição a jornalistas e pelo fechamento de órgãos de imprensa instalaram-se em outros países do Cone Sul: na Argentina (1966 e 1976), no Uruguai (1967 a 1973) e no Chile (1973). Em alguns, esse tipo de jornalismo apresentou características comuns, como a rejeição ao regime autoritário. No Brasil e no Chile, a Igreja teve uma forte influência.

O mais comum, o mais corriqueiro, é que a pauta da imprensa alternativa fosse calcada nas notícias da grande imprensa. (...)

Essa situação vai se alterar um pouco na fase final da ditadura, nos últimos anos da década de 1970, muito mais em função das mudanças operadas no movi-

5 Idem.

mento social concreto do que propriamente no âmbito da imprensa alternativa. É que começa a surgir, apesar da ditadura, uma onda de resistência civil, representada pelos movimentos populares, pela luta contra a carestia, pela ação dos setores progressistas da Igreja Católica, pelas Comunidades Eclesiais de Base, pelos comitês de anistia, mais tarde pelas oposições sindicais e pela eclosão do neo-sindicalismo combativo e oposicionista. Aí então, há um movimento concreto, muitas vezes expresso por entidades e por líderes que se constituíam, por si, em fontes alternativas de informações e opiniões, e que foram largamente utilizadas pela pequena imprensa.⁶

A forma de atuação da Igreja era o fruto de sua “opção preferencial pelos pobres”, assumida desde a década de 50.

(...) Em 1968, no II Encontro do Episcopado Latino-Americano (Celam), em Medellín, realizado com a presença do papa Paulo VI, a Igreja reafirmava expressamente sua posição em defesa dos direitos dos pobres e oprimidos. Com isso, o ataque ao regime brasileiro passava a ser organizado e sistemático. A CNBB, através de suas principais “Pastorais”, dedicava-se a defender os perseguidos (Pastoral dos Direitos Humanos), lutar pelo direito à posse da terra pelos trabalhadores rurais (Pastoral da Terra), defender a melhoria das condições de vida dos trabalhadores urbanos (Pastorais Operária, da Periferia, da Favela, dos Marginalizados).(...)

Além das Pastorais, foi intensa a atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). (...) exerciam um trabalho de conscientização, organização e mobilização, principalmente entre as camadas mais humildes das

6 ABRAMO, Perseu. “Imprensa alternativa: alcances e limites”. In *Tempo e Presença*.

regiões rurais e periferias da cidade. Criadas a partir de meados dos anos 60, começaram a atuar mais intensamente a partir de 1969. Em 1975 já havia cerca de 50 mil Comunidades para chegar a, aproximadamente, 80 mil no final dos anos 70.⁷

No Uruguai, onde a imprensa apresenta uma tradição partidária mais forte, formaram-se canais alternativos de expressão através dos partidos. Já na Argentina, a repressão acabou com os grupos políticos e a Igreja não desenvolveu trabalho de oposição, por estar ligada ao Estado.

Com o movimento militar de 1º de abril de 1964, todos os veículos populares, em especial os ligados às reformas de base do presidente João Goulart, foram empastelados e quase todos fecharam. Saíram de circulação, entre outros, *O Binômio*, *O Semanário*, *Novos Rumos*, *O Panfleto* e *Brasil Urgente*. O primeiro, um tablóide de sátira política fundado em 1952, em Belo Horizonte, foi um dos precursores da imprensa alternativa dos anos 70. Seu diretor, José Maria Rabelo, teve de ir para o exílio, o que aconteceu também com outros editores.

O *Semanário*, de orientação nacionalista, era inspirado pela ideologia do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – Iseb. Criado em 14 de julho de 1955 por um decreto do governo interino de Café Filho, o Iseb era um órgão do Ministério da Educação e Cultura que tinha como objetivos o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais, cujos dados seriam aplicados à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira. Dele fizeram parte, entre outros intelectuais, Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, Cândido de Almeida Magalhães, Álvaro Vieira Pinto e Nelson Werneck Sodré. O Iseb foi extinto em abril de 1964, poucos dias após a deposição do presidente João Goulart.

7 GARCIA, Néelson Jahr. *Sadismo, sedução e silêncio – propaganda e controle ideológico no Brasil: 1964-1980*.

Brasil Urgente, um semanário católico de esquerda, lançado em 1963 pelo dominicano Frei Carlos Josaphat, que chegou a ter uma tiragem de 40 mil exemplares. Entre seus editores estava o escritor, jornalista e psiquiatra Roberto Freire, que também foi diretor do *Bondinho* e, mais recentemente, fundador e sócio-editor da revista *Caros Amigos*.

Obviamente, desapareceram todos os jornais dos partidos políticos de esquerda. Entre os quais, o semanário *Panfleto*, fundado pouco antes do golpe para a Frente de Mobilização Popular (brizolista), por um jovem e talentoso jornalista gaúcho, Tarso de Castro, filho de um petebista dono de jornal, com passagem pelo *Ultima Hora* de Porto Alegre. *Panfleto* vinha circulando com tiragens crescentes desde fins de 1963, chegando a vender quase 200 mil exemplares às vésperas do golpe, quando foi fechado. Tarso de Castro seria um dos fundadores e primeiro condutor d'O *Pasquim*. Desapareceram, ainda, *Política Operária*, tablóide da nova esquerda, dirigido por Luís Alberto Dias Lima (Rio de Janeiro) e por Rui Mauaro Marini (São Paulo); o semanário do PC, *Novos Rumos*; o do PC do B, a *Classe Operária*; o jornal *Liga*, do movimento das ligas camponesas de Francisco Julião; coleções de popularização de temas políticos, como os *Cadernos do Povo Brasileiro*, que chegavam a vender até 50 mil exemplares de um único título; e duas importantes revistas de discussão teórica, *Estudos Sociais*, trimestral, fundada por Astrogildo Pereira em 1958, e *Brasiliense*, bimestral, fundada em 1955 por Caio Prado Júnior e dirigida por Elias Chaves. E desapareceram todos os jornais e revistas estudantis, entre as quais *Movimento* – publicação mensal da União Nacional dos Estudantes, editada por Arnaldo Jabour e lançada em 1962. (...)⁸

8 KUSINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*.

A reação surgiu no Rio de Janeiro, em maio de 1964, com o jornal *Pif Paf*, lançado por Millôr Fernandes, depois de sair da revista *O Cruzeiro* onde tinha uma seção com o mesmo nome, e com praticamente a mesma equipe que anos depois estaria no *Pasquim*. O *Pif Paf* e suas bem-humoradas críticas políticas teve curta existência: foi fechado no oitavo número. Outras experiências surgidas antes de 1968 também tiveram vida breve, como, no Rio, o nacionalista *Reunião*, editado por Ênio Silveira, e, em São Paulo, *Fato Novo* e *Amanhã*, este último lançado pelos alunos da Faculdade de Filosofia da USP e que chegou a vender sete mil exemplares. Restaram apenas os jornais de partidos clandestinos: *Libertação*, da Ação Popular; *Classe Operária*, do PC do B; *Voz Operária*, do PCB, e *Unidade Proletária*, do MR-8.

Entre os jornais alternativos surgidos entre 1968 e 1973, o período mais duro do governo militar, estavam *O Pasquim* (1968); *O Bondinho* (1970); *Opinião* (1972), do empresário Fernando Gasparian; *Ex* (1973), substituído mais tarde por *Mais Um* (uma forma de driblar a perseguição); *Jornal de Debates* (1973), e *Politika* (1973), editado por Sebastião Nery.

(...) É verdade que os jornais alternativos guardavam íntima ligação com os grupos e organizações de esquerda da época, que inclusive brigavam e disputavam seu controle. Mas, antes de mais nada, eles eram publicações jornalísticas, preocupadas, acima de tudo, com a reportagem, a leitura e a (re)construção do presente, a notícia, as grandes entrevistas e debates, os personagens do cotidiano, o saber ver, ouvir e depois contar, as matérias de fôlego, o levar a informação a uma população que apenas era abastecida e “informada” pelos veículos da grande imprensa, censurados e/ou alinhados com o regime. Era a tentativa jornalística, sim, de oferecer uma outra visão dos fatos e dos acontecimentos, outras possibilidades de

leitura, não submetidas ou submissas à lógica do capital ou da censura. (...)

Não é à toa ou por acaso, que grandes nomes do jornalismo brasileiro vão se transformar em protagonistas e buscar abrigo e referência nos jornais alternativos. (...) Em todos eles, a tentativa de se contrapor ao regime e à complacência da grande imprensa, trazendo para as páginas dos jornais a denúncia da violação dos direitos humanos e a prática da tortura nos porões dos quartéis e dos DOI-CODI, a discussão sobre o modelo econômico e a dívida externa, os personagens anônimos dos movimentos populares, a crítica aos costumes e aos valores conservadores da sociedade e das classes médias, os temas ecológicos e feministas, o homossexualismo e o prazer, as drogas, a crítica à corrida nuclear, as comunidades eclesiais de base, a luta armada, a campanha pela Anistia – essas eram as fontes e inspirações de pautas para os jornais alternativos. (...) ⁹

O Bondinho e *Ex*, criados pela antiga equipe da revista *Realidade*, tinha, como esta, raízes no *new journalism* americano de Gay Talese, Truman Capote e Norman Mailer, com um texto beirando a literatura e reportagens baseadas na vivência dos fatos. Tanto *O Bondinho* como seu sucessor, *Ex*, contaram inicialmente com o apoio de Thomas Farkas, dono da Fotóptica, e do Grupo Pão de Açúcar, que distribuía gratuitamente as revistas em sua rede de supermercados, garantindo assim uma base de receita publicitária. Já a também paulista *Versus* mesclava diversas linguagens – texto, fotos e quadrinhos – numa ousada experiência estética.

O Bondinho foi lançado em São Paulo, em 1970, por uma pequena editora. Era, no entanto, uma revista sofisticada, em quatro

9 PEREIRA FILHO, Francisco José Bicudo. *Caros Amigos e o resgate da imprensa alternativa no Brasil*.

cores, com uma equipe de grandes profissionais e ardorosos estagiários e uma tiragem quinzenal de 100 mil exemplares, com matérias sobre serviço e consumo em São Paulo. Era distribuído gratuitamente na rede de supermercados Pão de Açúcar. O sucesso editorial, entretanto, não teve a recíproca da área comercial e, em 1972, entrou em crise.

Procurando uma saída, *O Bondinho* passou a ter também reportagens e a ser vendido em bancas. Como as primeiras edições dessa nova fase não deram certo, partiram para os grandes depoimentos. Dois dos primeiros, com Chico Buarque e Walmor Chagas, tiveram os exemplares apreendidos pela Censura, mas a revista começou a ter sucesso. Mesmo tendo ganhado em 1971 um Prêmio Esso de Contribuição à Imprensa, parou de circular.

Em 1974, a mesma editora lançaria o *Ex*, uma publicação que mesclava histórias em quadrinhos e artigos, cujos autores não cobravam nada. Em sua segunda edição, a capa reproduzia um pôster americano em que Henri Kissinger, por meio de uma montagem fotográfica, aparecia deitado num lânguido nu. A ordem de apreensão das autoridades não chegou à revista porque o endereço havia saído errado no expediente. A capa do número 3 foi então planejada pela equipe e trazia o busto de Nixon – em pleno Watergate – de roupa de presidiário. Mas a ordem de apreensão desta vez chegou no endereço certo e o editor, Sérgio de Souza, ficou três horas detido. Foi o fim do *Ex*.

Havia ainda jornais que procuravam novas categorias explicativas da vida e dos conflitos humano. Entre eles *Beijo*, uma dissidência de *Opinião*, dirigido por Aguinaldo Silva, também colaborador de *Opinião*, que ousaram desafiar a moral pudica dos marxistas ao abrir a discussão entre o homossexualismo e o prazer. Surgiram dois jornais anarquistas: *Abertura*, publicado no Rio de Janeiro, que era também ecológico e

antinuclear, e *Inimigo do Rei*, publicado na Bahia. E os três jornais feministas principais, *Mulherio*, *Brasil Mulher* e *Nós, Mulheres*, que surgem inspirados nos textos de Simone de Beauvoir e nos movimentos feministas na França, vividos por exiladas políticas brasileiras, e ganham paulatinamente identidade própria, sempre se debatendo entre os imperativos da luta política contra a ditadura, definida em termos marxistas, e a busca das categorias de gênero para explicar a relação milenar de dominação homem-mulher.¹⁰

Dissidências em determinada publicação podiam dar origem a uma nova, como o caso do *Beijo* (dissidência do *Opinião*) e do *Em Tempo* (dissidência do *Movimento*). Os projetos dos jornais alternativos podiam variar, mas tinham em comum o objetivo de ir além da reportagem convencional.

Costumava-se dizer que o valor da imprensa alternativa residia em sua mera existência como uma força de contenção da maré da grande imprensa e de oposição aos elementos da cultura promovida pelo regime. Outras vezes, a imprensa alternativa se apresentava como um padrão de eficácia social efetiva, exigindo resultados sob a forma de maior conscientização pública ou mudança social. E outras vezes a imprensa alternativa parecia considerar-se meritória pelo simples fato de proporcionar uma vazão altamente gratificante do ponto de vista pessoal e profissional aos seus colaboradores.¹¹

10 KUCINSKI, Bernardo. *A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*.

11 SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*.

Flor do Mal resultou da coluna “Underground”, de *O Pasquim*, escrita por Luiz Carlos Maciel. Junto com *Presença*, foi um dos primeiros representantes *underground* da imprensa nanica. Seu lema era a liberdade total, “a liberdade da loucura de cada um”, na definição de seu fundador.¹²

Qualquer coisa que algum dos integrantes da *Flor do Mal* – Rogério Duarte, Tite de Lemos, Torquato de Mendonça e eu – inventasse, era aprovada na hora. O primeiro número do jornal tem na capa uma menina de 11 anos, crioulinha da favela, e foi para a capa porque o Torquato Neto (que trabalhava na *Ultima Hora*, onde fazia a coluna “Geléia Geral”) um dia, no caminho da oficina do jornal, encontrou essa fotografia no chão, com todos pisando em cima. Ele achou bonita a menina, pegou a fotografia, limpou e levou para o Rogério Duarte, que olhou a foto e achou lindíssima: era mais que uma santa, uma obra de arte... E decidiu que aquilo ia ser a primeira capa da *Flor do Mal*.¹³

Por falta de anunciantes, *Flor do Mal* não passou do quinto número. *Presença*, mais voltada para aqueles que gostavam de viagens a lugares exóticos tão ao gosto da época, como Cuzco e Istambul, ou aventuras baratas como a travessia da Belém–Brasília, teve vida ainda mais breve: só chegou ao segundo número.

Havia ainda os jornais dedicados à música. Entre esses, destacava-se o *Rolling Stone* que, mesmo sendo basicamente uma tradução da revista americana homônima, tinha a colaboração de redatores brasileiros como Okky de Souza, Ana Maria Bahiana e Ezequiel Neves. O tema dominante era o *rock’n roll*, mas foi tam-

12 MOREIRA, Sonia Virgínia. In: *20 anos de resistência: alternativas da cultura no regime militar*.

13 MACIEL, Luiz Carlos. In: *20 anos de resistência: alternativas da cultura no regime militar*.

bém um dos primeiros espaços a tratar de assuntos como ecologia, macrobiótica e libertação feminina.

Mesmo em seu período de grandes vendas, a imprensa alternativa nunca teve a pretensão de que os leitores trocassem os grandes jornais pelos tablóides que surgiam. Em primeiro lugar, pela impossibilidade concreta – pela falta de uma estrutura administrativa e financeira de estabelecer uma verdadeira competição. Além disso, ela dependia da grande imprensa, nem que fosse para criticar o que saía (ou não saía) nesta.

(...) A imprensa alternativa era fundamentalmente dependente da imprensa chamada grande (...). Era uma dependência contraditória, evidentemente, para não dizer dialética. Era preciso que os grandes jornais e revistas dissessem alguma coisa para que os pequenos alternativos pudessem dizer o contrário ou completar o que não fora dito, corrigir o dito, desmistificar a distorção, desvendar os mistérios reais habilmente escondidos pelas palavras oficiais. Enfim, clarear o obscuro.¹⁴

Principalmente no seu apogeu, entre 1975 e 1977, os jornais alternativos podem ser vistos como sucessores da imprensa panfletária dos pasquins e da imprensa anarquista. A maioria dos alternativos era semanal. Essa periodicidade, entretanto, podia ser interrompida em razão de apreensão pela Censura por motivos financeiros (como veremos mais adiante, algumas publicações não passaram do segundo ou terceiro número). Nesse período conhecido como o apogeu da imprensa nanica, a circulação dos oito grandes jornais alternativos – *O Pasquim*, *Opinião*, *Movimento*, *Versus*, *CooJornal*, *Ex*, *De Fato* e *Repórter* – chegou a somar 160 mil exemplares por semana. Na mesma época, em todo o Brasil, circulavam

14 ABRAMO, Perseu. In PEREIRA FILHO, Francisco José Bicudo. *Op. cit.*

mais duas dezenas de publicações de âmbito regional ou de temáticas específicas.

Surgiram jornais políticos, sindicais, estudantis, de bairros e culturais. Cinco novos títulos foram criados em 1975, entre eles *Brasil Mulher e Nós, Mulheres*, lançados pelo movimento feminista, e o mineiro *De Fato*. Em 1976, surgiram mais sete, como *Versus*, em São Paulo, um jornal cultural voltado para a América Latina. Seu editor era Marcos Faerman e tinha como colaboradores Márcio Souza, Enio Squeff e Eric Nepomuceno. O sectarismo político foi uma das principais causas do seu desaparecimento, assim como dos jornais *Movimento, De Fato e Em Tempo*.

No mesmo ano e também em São Paulo, surgiram duas publicações direitistas, *O Expresso* e *A Carta*, tentativas de rearticulação da linha dura, que estava sendo desalojada do poder pelo esquema da distensão lenta e gradual, iniciada no governo Geisel. *O Expresso* foi lançado em janeiro de 1976 e era dirigido, entre outros, pelo presidente da Liga Anticomunista Brasileira. Apesar de dispor de recursos para sua publicação, não foi bem aceito pelo público e acabou desaparecendo. Assim como ele, teve vida curta outro jornal de direita, *A Carta*, dirigido pelo jornalista Cláudio Marques.

Em Porto Alegre, foram lançados *Posição, Informação e Coojornal*. Este último, que havia começado como um simples boletim interno da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre, evoluiu para uma publicação com infra-estrutura empresarial e suporte publicitário. Após a divulgação de documentos sobre as guerrilhas do Araguaia e do Vale da Ribeira, os anunciantes começaram a ser pressionados pela Polícia Federal e as vendas, que chegaram a atingir 35 mil exemplares, despencaram.

Em 1977, uma equipe dissidente do jornal *Movimento* lançou o *Em Tempo*. No mesmo ano, no Rio de Janeiro, surge *O Repórter*, trazendo em seu primeiro número uma longa entrevista com dirigente da Anistia Internacional, na época uma entidade maldita no Brasil.

Em 1978, ainda no Rio, surgiu o *Lampião da Esquina*, disposto a defender os direitos dos homossexuais. Aparecem ainda jornais com correntes políticas definidas, como *Companheiro*, do Movimento de Emancipação do Proletariado, e os trotskistas *Convergência Socialista* e *O Trabalho*.

Desaparecimento de um fenômeno

De um universo de cerca de 160 jornais, surgidos na década de 70, a metade não chegou a completar um ano de existência, tendo vários deles ficado apenas nos dois ou três primeiros números. Apenas cerca de 25 tiveram vida relativamente longa, de até cinco anos. E, mais importante: nenhum deles sobreviveu com sua forma original ao regime autoritário que combateram.

Uma explicação corrente para o desaparecimento dos alternativos é a de que, com a volta da democracia, teriam perdido o seu principal mote, a resistência. Mas falhas de administração, dissidências internas e sectarismo também foram fatores debilitantes da imprensa alternativa. Além disso, com a abertura democrática, os grandes jornais passam a defender bandeiras antes privilégio dos alternativos. A campanha pela anistia, pelas eleições diretas passaram a ser temas agora amplamente discutidos na grande imprensa, assim como a revisão de casos de seqüestros, assassinatos e desaparecimentos.

Por isso tudo, a extinção dos alternativos pode ser sintomática de algo mais profundo do que simplesmente – ou apenas – a lógica do regime autoritário. Pode ter sido sintomática do fim de outros ciclos, cujo ocaso se confundiu com o da ditadura brasileira sem ter com ela uma relação direta. A morte de propostas éticas de transformação social, de crença na realização social por meio da ação coletiva ou social, da crença na realização pessoal por meio da ação coletiva ou comunitária. (...)

Se a história comprovar a morte da Utopia, é possível que o desaparecimento quase total e repentino da imprensa alternativa tenha sido premonitório, corroborando a tese de que essa imprensa, por estabelecer

pontes entre organizações e a sociedade, antecipando as grandes transformações. Nesse caso, por raciocínio inverso, podemos entender o próprio surgimento da imprensa alternativa dos anos 70 como uma das últimas grandes manifestações da Utopia no Brasil. Estimulado, sim, pelo surgimento da ditadura. Mas com direito próprio de existência na história.¹⁵

Um fato que atingiu duramente os alternativos foi a série de explosões de bombas em bancas de jornais, em 1980. As detonações atingiam, particularmente, as bancas que vendiam esse tipo de jornais que, temerosas, passaram a recusar sua distribuição. Como os alternativos, em geral, dependiam mais das vendas do que de anunciantes, o estrangulamento financeiro foi inevitável.

O surgimento dos jornais de “tendências” políticas, antes do fim da censura agrupados numa “frente progressista” dentro da imprensa alternativa, foi outro golpe. Em sua edição final, de 23 de novembro de 1981, *Movimento* levanta a questão:

A “abertura” permitiria também que os jornais de tendência surgissem: *Hora do Povo*, *Voz da Unidade*, *Tribuna da Luta Operária* vêm se somar a outras vozes já existentes da oposição. Passam a lutar bravamente para divulgar e defender seus programas, bandeiras e visão das inúmeras questões, contribuindo para o fortalecimento da luta popular e democrática.

O esforço despendido pelas diversas correntes para construir seus jornais coloca inevitavelmente em debate o futuro da “imprensa alternativa” tal como existia antes de 1978.

15 KUCINSKI, Bernardo. *A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*.

Surge a necessidade de se levar adiante uma dupla tarefa: fortalecer as publicações de tendências para que estas possam defender seus programas e pontos de vista e ao mesmo tempo aglutinar forças em torno de programa oposicionista amplo, popular e democrático, de forma a levar muita informação a muitos, onde caibam muitos pontos de vista sobre grande número de questões.

Apesar de ter desaparecido como fenômeno social e de mídia, os alternativos continuaram, entretanto, a surgir isoladamente. Um desses da nova geração, o *Jornal Pessoal*, foi lançado pelo jornalista Lúcio Flávio Pinto, em 1988, em Belém do Pará, e continua até hoje a ser editado. Em 1993, Raimundo Pereira, o criador de *Amanhã*, *Opinião* e *Movimento*, lançou *Política*, que ficou apenas no primeiro número. Três anos depois tentou fazer um diário alternativo, *Retrato do Brasil*, que logo se tornou semanário, depois de edição irregular e acabou fechando.

No ano de 1999, Ziraldo tentou ressuscitar o espírito irreverente de *O Pasquim*, editando a revista *Bundas*, contando com participação de vários nomes da equipe original como Veríssimo, Chico Caruso, Paulo Caruso, Jaguar, Millôr Fernandes, Nani, Angeli e Miguel Paiva. Irreverente, a partir do nome, era uma revista de humor e de crítica ácida aos costumes. Logo, entretanto, os colaboradores começaram a se desentender quanto ao foco principal do conteúdo da publicação. Alguns, como Miguel Paiva, eram de opinião que a linha mestra da revista tinha de ser a sátira de costumes. Já o grupo liderado por Ziraldo achava que a crítica da política nacional deveria ser o mote principal, o que realmente veio a acontecer na maioria das edições.

A revista teve edições semanais até o final do ano 2000, quando se transformou em *Bundas Almanaque*, com periodicidade mensal. A escolha do nome da publicação revelou-se um erro, afastando os

anunciantes. Com pouco mais de um ano de existência, começou a rarear nas bancas, até desaparecer de vez.

Mesmo cheio de dívidas, Ziraldo não desistiu da idéia de um tablóide nos moldes do antigo *O Pasquim* e lançou, junto com seu irmão Zélio, o *Pasquim 21*. Com 44 páginas em formato *standard* (tamanho do jornal comum) e uma tiragem inicial de 100 mil exemplares, apostaram em um nome já conhecido e referendado pelo público. A vendagem, entretanto, não foi a esperada, assim como o número de anunciantes. Em seu número 117, em julho de 2004, com uma homenagem a Leonel Brizola na manchete – “Adeus, velho Briza” – vinha também o anúncio de que mais um sonho acabara nessa derradeira edição do jornal.

A imprensa alternativa no Brasil, entretanto, não deixou de existir e tenta encontrar novos caminhos. Como experiências de sucesso, que já têm uma vida relativamente longa e se tornaram conhecidas principalmente no meio acadêmico, podemos citar as paulistas *Reportagem*, lançada pela Oficina de Informações e *Caros Amigos*, pela editora Casa Amarela. A primeira, que já completou cinco anos de idade, conta com a presença, tanto na diretoria como na redação, de Raimundo Rodrigues Pereira, o antigo editor-chefe de *Opinião* e *Movimento*. Além da edição em forma de revista mensal, em cores, com uma tiragem de 7.500 exemplares, vendida nas bancas e pelo sistema de assinaturas, encontra-se também na internet, com atualização diária, no endereço www.oficinainforma.com.br.

Caros Amigos, dirigida pelo jornalista Sérgio de Souza, foi lançada em abril de 1997. A revista apresenta reportagens sobre temas variados, ensaios sobre questões nacionais e internacionais, artigos e longas entrevistas com personagens importantes da vida brasileira, ensaios fotográficos e seções críticas sobre artes, política, comportamento e humor. Com tiragem de 50 mil exemplares, a revista vende em bancas, em média, 13 mil por mês. Em fevereiro de 2005, contava com aproximadamente 13 mil assinantes.

Nos anos 70, a imprensa alternativa concentrou-se no eixo Rio–São Paulo, apesar do aparecimento de publicações também em outros estados. Segundo o professor Francisco José Bicudo Pereira, essa concentração seria, em primeiro lugar, por uma questão de estratégia: como os grandes jornais também se concentravam nesses dois estados e os tablóides se pretendiam uma “alternativa” a eles, era lógico ficarem por perto. Outra questão seria de razão logística e de infra-estrutura, mais acessível nos grandes centros. E é nesse eixo que os leitores também se concentram: 46 por cento dos assinantes de *Caros Amigos*, por exemplo, são do Rio e de São Paulo.

Hoje, entretanto, as novas tecnologias tornaram mais fácil a produção e a distribuição dos veículos alternativos e, assim como *Reportagem*, *Caros Amigos* tem sua edição na internet no endereço www.carosamigos.com.br. Aliás, este moderno ambiente tecnológico das *homepages* parece ser o caminho escolhido pela imprensa alternativa do século XXI.

Pif Paf, o pioneiro

O primeiro dos nanicos chegou às bancas menos de dois meses após o movimento militar de 1^a de abril de 1964. Fundado por Millôr Fernandes, que acabava de ser demitido da revista *O Cruzeiro*, onde teve uma página de humor com o mesmo nome – “Pif Paf” – por vários anos. Millôr havia saído da revista, em 1963, por pressão de alguns setores que não aceitaram uma sátira do escritor à versão cristã para a criação do mundo.

Em 63, uns amigos começaram a me pressionar para que eu fizesse o *Pif Paf* então autônomo, independente. Porque a minha seção na revista *O Cruzeiro* se chamava “Pif Paf”. Eu então fiz o *Pif Paf*. Digo eu porque, na verdade, levantei o dinheiro em bancos e fiz a revista, e organizei a revista, porque não havia condições das pessoas me darem mais cobertura do que a colaboração, por sinal, de alta qualidade. E esta revista, o *Pif Paf*, de todas as que estão por aí, inclusive *O Pasquim*, no qual trabalhei e outras de que participei, era uma das mais extraordinariamente estruturadas. Porque o *Pif Paf* não foi feito por acaso. Tinha uma estrutura, um pensamento do princípio ao fim. Foi feito para ser visto graficamente também, como um trabalho gráfico importante. E, além disso, não era um negócio pobre do ponto de vista gráfico, era feito em quatro cores. A revolução foi em 1^a de abril, que eles depois retardaram para 31 de março... Eu ia sair naquele momento e esperei mais um mês. Um mês e nós saímos. E se vocês pegarem o *Pif Paf*, vão ver que não tomei conhecimento, em absoluto, da repressão que já estava no ar. Então, tem gozações violentas em Castelo Branco, tem gozações violentas em Magalhães Pinto, tem gozações violentas em Carlos Lacerda. (...)

Nesta revista, curiosamente, como eu disse, o nível de qualidade dos colaboradores era extraordinário porque aí já estava o jovem Cláudio, o jovem Fortuna, o jovem Ziraldo... mas eles não trabalhavam comigo. Quem me ajudou por trás dos bastidores, na medida do que poderia, foi um velho amigo meu, um jornalista que morreu há algum tempo. Outra pessoa que também me ajudou nos bastidores, na medida do que era possível, foi Marina Colasanti.

(...)

E a estrutura no início do *Pif Paf* tinha os princípios do *Pif Paf*, que de uma certa maneira ainda são princípios humorísticos, no sentido profundo da palavra, ainda válidos até hoje, vocês vão ver. 1. Estamos convencidos de que o pior da nossa democracia é a justiça brasileira. Nossa justiça anda tão complicada, tão cheia de burocracia que, dentro em breve, ninguém mais terá coragem de ser malfeitor; 2. Pretendemos meter o nariz exatamente onde não formos chamados. Humorismo não tem nada a ver e não deve ser e não deve absolutamente ser confundido com a sórdida campanha do “Sorria sempre”. (...) ¹⁶

No editorial do primeiro número da *Pif Paf* jornal, Millôr definia a linha da publicação e provocava: “Não temos prós nem contras, nem sagrados profanos”, “cada número é exemplar, cada exemplar é um número”. No número 2, um “jogo da democracia” exibiu nomes e situações representativos do momento político nacional, em um estilo de crítica bem-humorada que perdurou durante toda a breve vida de *Pif Paf*.

O jornal durou apenas quatro meses – oito edições. A partir da quarta edição, instituiu um concurso imaginário, o “Miss Alvorada 65”,

uma alusão óbvia aos pretendentes à Presidência da República. A causa determinante para seu fechamento pelo governo foi a publicação de uma fotomontagem do então presidente Castello Branco como mais uma suposta “concorrente”.

O *Pif Paf* foi fechado por um conluio entre o governo federal e o governo estadual aqui, que naquela época era o Carlos Lacerda, com o coronel Borges que dirigia a polícia dele, e como ninguém estava satisfeito eu num certo momento não tive forças para lutar, eles começaram a apreender um número, depois devolveram o número, depois o oitavo número eles apreenderam todo e eu não tinha mais dinheiro para fazer. Eu me lembro que estava extenuado do ponto de vista físico, de trabalho que eu fazia, e com uma dívida que não sabia como pagar, realmente não sabia como pagar. Mas no dia em que eu fechei tudo, decidi fechar e fechei, e resolvi os problemas todos e formulei a dívida, me deu um tremendo alívio. (...) ¹⁷

Mais de 40 anos depois, em abril de 2005, os oito exemplares da revista quinzenal criada por Millôr Fernandes ganharam reedição fac-similar pela Editora Argumento, com organização de Eliana Caruso, em formato de livro.



O número 1 de *Pif Paf* (acima) e o penúltimo (à esquerda), com o imaginário concurso para “Miss Alvorada 65” com os candidatos à presidência, estopim para o fechamento do jornal.



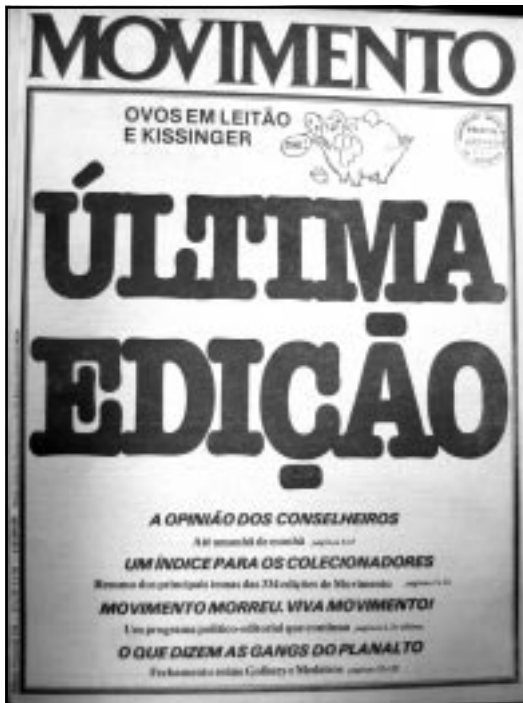
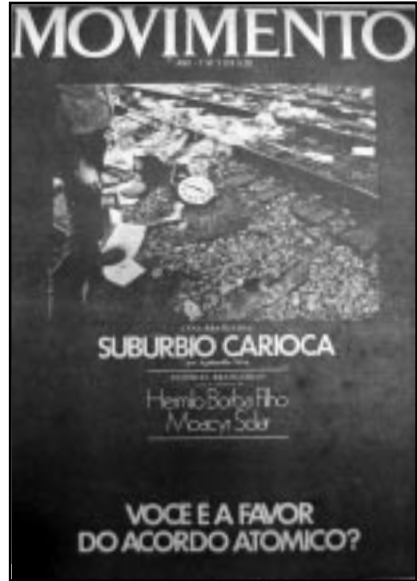


No primeiro número de *O Pasquim* (em cima, à direita), uma entrevista com Ibrahim Sued. Apesar das dificuldades passadas a partir dos anos 80, foi o de vida mais longa entre os grandes alternativos.



Lançado em 1972, o político *Opinião* foi uma alternativa ao humor sarcástico de *O Pasquim*. No primeiro número, a capa traz a caricatura de Nixon em pleno Watergate. (à esquerda) A última edição (abaixo, à direita), de 8/4/1977, foi apreendida pela Polícia Federal, sendo o seu diretor processado por “desobediência civil”.





Fundado em 1975, *Movimento*, em seu primeiro número (acima, à direita), questionava o acordo atômico. A primeira edição sem censura (acima, à esquerda), de 19/6/1978, pôde falar de assuntos antes proibidos, como a tortura. Em seu último número (à esquerda), trazia um longo editorial explicando os motivos do fim.



O conselho editorial do *Movimento* (à esquerda) incluía nomes representativos da política e cultura brasileiras, como Alencar Furtado, Orlando Villas-Boas, Audálio Dantas, Fernando Henrique Cardoso, Edgar da Mata Machado, Chico Buarque e Hermilo Borba Carvalho Filho.





O *Bondinho* (acima) surgiu em São Paulo, em 1970, e tinha raízes no *new journalism* americano. *A Carapuça* (à esquerda), lançado em 1968, no Rio de Janeiro, deixou de circular após a morte de um de seus fundadores, Sérgio Porto, o Stanislaw Ponte Preta.

Os três grandes da imprensa nanica

O Pasquim

Um dos mais importantes jornais alternativos e o de vida mais longa, *O Pasquim* foi lançado em 26 de junho de 1969 sem grande alarde, mas também sem falsa modéstia. No editorial do primeiro número, a equipe dizia a que vinha: “*O Pasquim* surge com duas vantagens: é um semanário com autocritica, planejado e executado só por jornalistas que se consideram geniais e que, como os donos dos jornais não conhecessem tal fato em termos financeiros, resolveram ser empresários. É também um semanário definido, a favor dos leitores e anunciantes, embora não seja tão radical quanto o antigo PSD. Até agora o *Pasquim* vai muito bem, pois conseguimos um prazo de 30 dias para pagar as faturas, este primeiro número é dedicado à memória do nosso Sérgio Porto, que hoje deveria estar aqui conosco”.

Convidado a dar uma entrevista, o então ministro do Planejamento, Roberto Campos, comentou, ao saber o nome do jornal: “Isso não é um nome, é uma ameaça”. Seis meses antes, em 13 de dezembro de 1968, fora decretado o Ato Institucional nº 5 que, ao lado das perseguições políticas e cerceamento das liberdades individuais, desmantelou as formas críticas de expressão cultural. Usando a sátira como forma de protesto, *O Pasquim* reuniu, em épocas diferentes de sua existência, alguns dos mais brilhantes jornalistas, cartunistas e chargistas da época, como Sergio Cabral, Tarso de Castro, Millôr Fernandes, Jaguar, Ziraldo Alves Pinto, Moacyr Scliar, Cacá Diegues, Glauber Rocha, Sérgio Augusto, Sérgio Noronha, Fortuna, Claudius, Miguel Paiva, Paulo Francis, Luiz Carlos Maciel, Martha Alencar, Ivan Lessa, Caetano Veloso, Chico Buarque, Ferreira Gullar, Henfil, Newton Carlos e Fausto Wolf.

O tablóide surgiu com o compromisso de prosseguir com a linha de crítica feroz do *A Carapuça*, lançado em 1968 e que deixou de

circular após a morte repentina de um dos seus fundadores, Sérgio Porto, o Stanislav Ponte Preta. Um dos outros fundadores, o publicitário Murilo Pereira Reis, resolveu juntar um grupo de jornalistas para criar o novo semanário.

Então o Murilo Reis quis fazer, é preciso que se conte essa história porque sempre aparecem uns heróis que fizeram isso ou aquilo e as pessoas dos bastidores não aparecem. O Murilo Reis foi um dos grandes responsáveis pelo *Pasquim*. Porque ele insistiu, eu não quis fazer e ele aí procurou um, procurou outro, e acabou fazendo o *Pasquim*. Se você pegar o *Pasquim*, por exemplo, o primeiro número do *Pasquim*, e os números seguintes também, ele tem 20 páginas, é um jornal pessimamente estruturado, sem nenhuma editoria, foi um milagre aquele jornal estourar. Estourou por um inconformismo que existia em todos nós e que correspondia ao inconformismo do público. E essas 20 páginas que são apenas um desenho e um artigo, um desenho e um artigo, um desenho e um artigo, não mais do que isso, tem cinco editores esse jornal. Tem editor de texto, editor de fotografia, editor disso, editor daquilo. Mas de qualquer maneira o jornal estourou. E há um outro fator de *background*, de bastidor, no *Pasquim*, que nunca se diz isso e isso é muito importante: o distribuidor do jornal era um distribuidor importante. (...) e ele tinha 50 por cento do jornal. É evidente que quando ele sentiu a importância do jornal, cuidou com carinho da distribuição desse jornal. (...)¹⁸

As negociações resultaram numa sociedade por cotas para dirigir o jornal, 50 por cento para Murilo Reis e 50 por cento divididos em cotas iguais para Jaguar, Tarso de Castro (o primeiro editor, depois da desistência de Jaguar, que foi chamado por Samuel Wainer

para a *Última Hora*), Sergio Cabral, Carlos Prosperi e Cláudio Ceccon, o Claudius. Ziraldo e Millôr preferiram ficar como colaboradores. Após três meses de discussões, foi escolhido o nome *O Pasquim* e Carlos Prosperi, que também era dono de uma agência de publicidade, apresentou o seu projeto gráfico.

(...) a proposta inicial era criar um jornal de amigos, que voltasse a abrir espaço para as charges e que, por meio dessa ironia e do humor, fosse capaz de criticar o que chamavam de falso moralismo e de costumes “recatados” da classe média carioca. (...) E o estouro de vendas nas bancas, desde o primeiro número, fez com que seus idealizadores percebessem que aquele deveria ser também um espaço político de crítica ao regime militar, que as pessoas e leitores estavam carentes desse tipo de publicação, que havia esse vácuo a ser ocupado. Logo *O Pasquim* deixou de ser um jornal do bairro de Ipanema para ganhar universalidade e se consolidar como uma das principais publicações independentes da história do país, senão a principal.¹⁹

No cabeçalho, a frase “Aos amigos tudo; aos inimigos, a Justiça” era uma declaração de princípios. No expediente, o nome da equipe fixa: Tarso de Castro (editor), Sérgio Jaguaribe (editor de humor), Sergio Cabral (editor de texto), Carlos Prosperi (editor gráfico), Claudius Ceccon e Murilo Pereira Reis (diretor-responsável).

Nesse primeiro número, o ratinho Sig (criação de Jaguar em homenagem a Sigmund Freud) apresentava, além do humor ferino dos cartuns, uma entrevista de Ibrahim Sued (*Sou imortal sem fardão* – uma transcrição literal, sem revisão), um artigo de Chico Buarque (“Por que sou tricolor”) e outro da atriz Odete Lara sobre o Festival de Cannes. Henfil estreou no segundo número com os Fradinhos – o sádico Baixinho e seu antagonista, o conservador Cumprido.

19 PEREIRA FILHO, José Bicudo. Op. cit.

Tarso de Castro não acreditou muito nos personagens, dando-lhes um modesto quarto de página. Mas o sucesso foi tal que, na décima edição, já tinham uma página e chamada de capa. No número 18, ganharam a contracapa e, a partir do número 27, as páginas centrais.

Havia poucas reportagens, mas as entrevistas coletivas, bate-papos informais com personalidades diversas, ficaram famosas, com entrevistadores e entrevistados falando o que queriam e, muitas vezes, discordando entre si. As personalidades escolhidas para dialogar com a equipe do jornal eram bem variadas. Artistas, líderes estudantis, escritores, sindicalistas e personagens das mais diversas áreas e classes sociais foram sabatinados, revelando uma pluralidade de análises do momento histórico que o Brasil vivia. Francisco Julião, Luiz Carlos Prestes, Márcio Moreira Alves, Raimundo Faoro, Alceu Amoroso Lima, D. Helder Câmara, D. Paulo Evaristo Arns, Helio Bicudo, Ruth Escobar, Terezinha Zerbin e Paulo Mendes Campos deram seus depoimentos, assim como Paulo Autran, Maysa, Elis Regina, Caetano Veloso, Gilberto Gil e Norma Benguel, entre muitos outros.

Algumas dessas entrevistas marcaram momentos, como a de Leila Diniz, publicada em novembro de 1969, onde a atriz abordou, sem qualquer tipo de censura, tabus como revolução sexual, virgindade e fidelidade conjugal. A única preocupação dos editores foi a de substituir os palavrões por asteriscos, para evitar problemas com as autoridades. Apesar desse cuidado, o depoimento chocou o governo militar, que ali encontrou um pretexto para reintroduzir a censura prévia de caráter político à imprensa em fevereiro de 1970, como uma extensão da censura de costumes em espetáculos e diversões, “considerando que as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes obedecem a um plano subversivo, que põe em risco a segurança nacional”.

Alguns meses depois, foi descoberta uma bomba no quintal da sede do semanário. Na opinião dos jornalistas, teria sido colocada por grupos ligados à organização TFP – Tradição, Família e Propriedade –, revoltados com a entrevista.

Outra entrevista que fez enorme sucesso foi uma que, na verdade, não aconteceu. Durante décadas, Carlos Drummond de Andrade fugiu de pedidos de entrevista repetindo uma resposta-padrão: “Tudo o que eu tinha a dizer está em meus poemas e crônicas”. Essas palavras, entretanto, ao contrário de desestimularem a equipe de *O Pasquim*, acabaram permitindo a elaboração de uma “entrevista” *sui generis*. Sergio Cabral, o responsável, montou as perguntas que eram “respondidas” por trechos de poemas de Drummond. E numa época pré-photoshop, a foto foi montada com o rosto do poeta no corpo do irmão caçula de Ziraldo.

As *Dicas* mandavam recados e tinham em Henfil um dos mais profícuos colaboradores, tanto que o cartunista terminou criando o Comitê de Defesa do Criadouro, o Codecri, nome que acabou sendo adotado pela editora vinculada ao *Pasquim*. Jaguar e sua mulher, Olga Savary, davam sugestões de restaurantes, tendência depois seguida por quase todos os jornais.

Pasquim virou mania nacional e sua venda disparou, chegando a atingir uma tiragem de 225 mil exemplares. Satirizava o governo e ridicularizava seus *slogans* como “Brasil, ame-o ou deixe-o” e “Ninguém segura esse país”.

Os jornalistas, geralmente, procuravam ridicularizar as campanhas do governo, atacando seu ponto vital: os *slogans* e símbolos. Como estes seriam empregados de forma a sintetizar as idéias defendidas pela propaganda, bastava desmoralizar a síntese para comprometer as concepções que ela representava. Para zombar de um dos *slogans* mais discutidos, Ziraldo, em uma página completamente preta, escreveu em letras brancas: “Brasil, ame-o ou deixe-o”. Enquanto isso, entre a população, corria uma resposta irônica: “O último apague a luz do aeroporto”.²⁰

A escrita era coloquial, valiam palavras, gírias e expressões. Como disse Jaguar, tiraram o paletó e a gravata da linguagem. Era um novo modo de expressão, aproximando a escrita da linguagem falada.

Com tantas estrelas reunidas, seja nos cartuns seja nos textos, os conflitos eram naturais. Como disse Martha Alencar, primeira secretária de redação, editar o semanário exigia habilidade diplomática: “Como no jornal não havia hierarquia nem sistemas de administração rígidos, as divergências inevitáveis entre os participantes muitas vezes geraram brigas ferozes. Nada, entretanto, que ferisse os princípios políticos do grupo, a ponto de causar divisões sectárias”.

Ao superar a marca dos 200 mil exemplares vendidos, *O Pasquim* atraiu a atenção dos anunciantes, que chegaram a ocupar 25 por cento do espaço do jornal. Foi criada a Codecri, braço editorial do jornal e responsável pelo lançamento de livros como *O que é isso, companheiro?*, de Fernando Gabeira, que se transformou num *best-seller* da época, chegando a ter 20 edições.

Por duas vezes, os jornalistas d’*O Pasquim* obtiveram ganhos suficientes para transformá-lo num dos grandes grupos editoriais brasileiros: nos primeiros 18 meses e sete anos depois, quando os livros da Editora Codecri, nova razão social d’*O Pasquim*, lideraram, mês após mês, a lista dos mais vendidos do país. Em 1976, com seis títulos, a Codecri vendeu 250 mil exemplares.

Essas duas oportunidades foram perdidas por inapetência empresarial, o mesmo fenômeno que atingiria, em intensidade variada, toda a imprensa alternativa dos anos 70. Em *O Pasquim*, o desmando financeiro teve maior importância porque suas receitas eram consideráveis.²¹

21 KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*.

Em abril de 1970, após uma capa dedicada a Dom Helder Câmara, figura não grata ao governo federal, a polícia começou a censurar *O Pasquim*, a princípio de forma irregular. Em junho, o cerco apertou e foi instituída a censura prévia. Em seis meses, a vendagem caiu de 200 para 100 mil exemplares semanais. Em 1º de novembro do mesmo ano, a redação do jornal foi invadida e a maioria dos redatores detida durante dois meses na Vila Militar, situada na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Tarso de Castro, que havia conseguido escapar pulando o muro da casa onde funcionava a redação, continuou dirigindo o jornal clandestinamente de um escritório. *O Pasquim* continuou a sair, produzido pela equipe que não havia sido presa – Martha Alencar, Millôr Fernandes, Henfil e Miguel Paiva – e por jornalistas, artistas e intelectuais que vieram ajudar, como Otto Lara Resende e Djanira. Mas a vendagem caiu novamente: de 100 para 70 mil exemplares e a publicidade se retraiu drasticamente.

Quando os jornalistas foram soltos, em janeiro de 1971, o semanário, apesar de continuar sendo publicado, sofreu graves conflitos internos. Tarso de Castro abandonou o jornal, seguido meses depois por Sergio Cabral, Fortuna, Luís Carlos Maciel e Martha Alencar. Cláudio Ceccon e Carlos Prospero também já haviam saído e *O Pasquim*, no final de 1972, estava sendo produzido por Henfil, Ziraldo, Ivan Lessa e Jaguar.

Por sua vez, o sucesso de *O Pasquim* começou a incomodar a grande imprensa.

A grande imprensa no início aceitou *O Pasquim*, como irmão moleque, porque todo o mundo é jornalista... os jornalistas queriam proteger aquele negócio que é o sonho deles, de fazer exatamente o que eles gostariam de fazer num jornal... até que o negócio ficou um pouquinho sério, *O Pasquim* começou a vender... e vendendo, tomando público

principalmente das revistas. Aí a guerra começou. Aí era agressão, era intriga... toda a grande imprensa entrou em choque conosco.²²

A crise repercutiu nas vendas, que caíram drasticamente, e a publicidade foi duramente atingida com as advertências feitas pelo governo aos empresários. Foi quando entrou em cena o empresário Fernando Gasparian, que se propôs a recuperar o jornal, financiando o pagamento das dívidas. Millôr Fernandes e Henfil passaram a administrar o jornal.

Para completar, censores se instalaram na redação. Quando caiu a censura ao *Pasquim*, em 24 de março de 1975,²³ Millôr Fernandes comemorou com um editorial criticando o governo, solidarizando-se com as demais publicações que continuavam sob censura: “Agora *O Pasquim* passa a circular sem censura. Mas sem censura não quer dizer com liberdade...”, dizia. E, mais adiante, continuava: “A ausência de censura no *Pasquim* é, assim, neste momento e neste país, um privilégio amedrontador e quase insuportável. (...) num país em que publicações como *Tribuna da Imprensa*, *Veja*, *Opinião*, *O São Paulo* continuam a ser editadas pela ignorância, pelo tédio, e até pelo ódio pessoal dos censores, e o periódico *Argumento* está definitivamente proibido de circular, este jornal, só, pobre, sem qualquer cobertura – política, militar ou econômica – e que tem como único objetivo a crítica aos poderosos, não pode se considerar livre”. Como resultado, a edição do histórico número 300 de *O Pasquim* foi apreendida, mostrando que o controle continuava.

22 HENFIL, Henrique Filho. Trecho de depoimento dado na Universidade Católica de Minas Gerais, em 10/3/1971. In KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*.

23 A Censura não deixou de existir para todos os alternativos ao mesmo tempo. *O Pasquim* foi um dos primeiros, *Movimento* um dos últimos.

Mas o fim da censura prévia fez com que os grandes jornais adotassem as mesmas bandeiras defendidas por *O Pasquim*, que passou a ser apenas mais um dos jornais alternativos então existentes no país. Nos anos 80, divergências políticas separaram dois de seus principais dirigentes, Jaguar e Ziraldo. Jaguar tornou-se o único dono. Em agosto de 1988, o título foi vendido ao empresário e antigo colaborador João Carlos Rabelo. As edições já não eram semanais; às vezes, o jornal ficava um mês sem sair. A Codecri havia fechado. Dívidas e ações trabalhistas se acumulavam na Justiça.

Opinião

Lançado em 1972, *Opinião* foi o mais político dos alternativos. Era financiado pelo empresário Fernando Gasparian e feito por jornalistas que vinham do jornal *Amanhã* e das revistas *Vêja* e *Realidade*. Dono de diversas indústrias, Gasparian reuniu em torno da sua idéia aqueles que não estavam satisfeitos em ter o humor anárquico de *O Pasquim* como única opção. Queria um jornal de idéias e de debate intelectual, inspirado no semanário inglês *The New Statesman*. O empresário era ligado a intelectuais e políticos da esquerda nacionalista, entre os quais Almino Afonso, que se encontrava exilado, e o ex-deputado federal Rubens Paiva, assassinado pelos órgãos da repressão. Aliás, foi este último acontecimento que impulsionou Gasparian a criar um jornal de oposição.

(...) volta e meia fazem crítica ao Fernando por ele ser industrial, mas ele teve atitudes muito coerentes nessa época, foi muito corajoso, enfrentou muito até fisicamente. Eu vi Fernando enfrentar a polícia, enfrentar interrogatório de Dops. E a mim mesmo no *Pasquim* ele ajudou muito, não é dinheiro não, ele ajudou com *know how* industrial, com certas coisas. (...) ²⁴

Entre suas diretrizes básicas, Gasparian colocava a necessidade de a equipe do jornal não defender interesses pessoais e de que o editor se orientasse não por interesses particulares, mas por princípios gerais a serem definidos. Finalmente, a premissa de manter o distanciamento de partidos e ideologias que, no entanto, foi negada já nas origens do semanário que, desde seu nascimento, teve a

24 FERNANDES, Millôr. In: *Op. cit.*

participação ideológica da AP (Ação Popular) e do PC do B (Partido Comunista do Brasil), partidos, àquela época, na ilegalidade.

Para o cargo de editor, foi convidado o jornalista Raimundo Pereira, que tivera uma passagem brilhante em *Amanhã*, *Folha da Tarde*, *Realidade* e *Veja*. Em carta ao amigo Bernardo Kucinski, em 1972, ele pede sua opinião sobre Gasparian, antes de aceitar o convite:

Esteve aqui a *burguesia nacional* em pessoa [Fernando Gasparian] e me propôs fazer um semanário em bases inglesas – um dono que paga e acha dinheiro e um editor que edita – no Brasil. Todas as idéias foram discutidas rapidamente com ele. Pergunta: Como ficariam suas indústrias? Resposta: venderia todas, dedicaria todo o seu talento administrativo a criar um órgão como esse no Brasil. Pergunta: e os grupos nacionais, os compromissos com as linhas nacionalistas? Resposta; nenhum; eu (Raimundo) faria um jornal independente etc. etc. Resta agora só a questão essencial: É uma pessoa honesta, decente, com a qual se possa embarcar numa canoa dessas por um mar de trevas e tempestades? Por aqui falam as coisas mais terríveis; diz um que ele é ladrão, um misto de Abdala com o Bom Burguês. Diz outro que é pessoa honesta. Enfim, eu queria que vocês dessem suas impressões pessoais. A uma certa altura a gente se alia ao próprio demônio para trabalhar com um mínimo de decência, mas é preciso saber exatamente que diabo é ele...²⁵

Pelo mesmo motivo, Raimundo Pereira pediu também ao jornalista Luís Paulo Costa, do jornal *Vale Paraibano*, de São José dos Campos, que fizesse uma pesquisa em Pau Grande, vila operária onde moravam os operários da América Fabril demitidos por

25 Carta de Raimundo Pereira a Bernardo Kucinski, que se encontrava em Londres, onde também estava Fernando Gasparian. In KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*.

Fernando Gasparian. O empresário teve uma avaliação favorável. Segundo Kucinski, o produto *Opinião* deveria ter caráter frentista porque esses eram os desejos coincidentes de seu dono, Fernando Gasparian, e do único partido político que teve conhecimento prévio do projeto, a AP:

Além disso, ao se valer primordialmente dos amigos das redações anteriores em *Amanhã* e *Veja*, Raimundo formou uma equipe naturalmente diversificada. O editor de cultura, Júlio César Montenegro, seu antigo companheiro do ITA, era trotskista; o editor de economia, após a desistência de última hora de Aloysio Biondi, era Marcos Gomes, antigo dirigente da AP em São Paulo; o secretário de redação, Antonio Carlos Ferreira, era mais afinado à dissidência; o correspondente em Londres, Bernardo Kucinski, era um independente; Dirceu Brisola, editor de nacional, e Maurício Azedo identificavam-se com a linha do PC.²⁶

Muitos dos jornalistas que participaram da elaboração do projeto do novo jornal haviam começado sua experiência na imprensa alternativa com o *Amanhã*, entre eles Raimundo Pereira. *Amanhã* era uma publicação financiada pelos estudantes de Filosofia da Universidade de São Paulo, dirigida à classe trabalhadora, e chegou a vender 7 mil exemplares nas bancas de São Paulo.

A decisão de colocar a política em primeiro lugar criou alguns obstáculos para o *Opinião*, mas as primeiras edições não tiveram grandes problemas com a censura até o número 8, chegando a vender 40 mil exemplares. Em pouco tempo, despontou como uma séria concorrente das grandes publicações. A estratégia para a rápida aceitação do público era procurar temas candentes, analisados por colaboradores de peso como Fernando Henrique Cardoso,

26 KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*.

Aloysio Biondi, Chico de Oliveira, Celso Furtado, Paul Singer e Luciano Martins. A credibilidade do jornal era grande, reforçada pela publicação de matérias de jornais respeitados internacionalmente, como *Le Monde*, *New York Review of Books*, *The Washington Post* e *The Guardian*. O jornal encontrava leitores em todo o país, principalmente entre empresários, intelectuais e estudantes universitários.

Enquanto a censura, de certa forma, foi branda, *Opinião*, por meio de seus comentaristas, pôde fazer duras críticas ao governo, como os desmentidos sistemáticos da propaganda do “milagre econômico”. A capa da edição número 5, por exemplo, anunciava os problemas que o endividamento externo acarretava: “A dívida externa – 10 bilhões de dólares”.

Mas, quando em seu número 23 noticiou a morte do estudante Alexandre Vanucchi, em São Paulo, que reuniu em sua missa de sétimo dia mais de 5 mil pessoas, a intervenção começou de forma dura. *Opinião* foi o único a dar a notícia. Todas as publicações do país estavam proibidas de citar o nome do morto, mas o semanário achou um meio de burlar a censura: publicou a nota oficial da polícia de São Paulo anunciando a morte do estudante (e que citava o nome de Vanucchi), ao lado da matéria que descrevia a missa em sua memória, mas sem citar seu nome. A partir daí, a censura endureceu.

Até então, *Opinião*, como a maioria dos semanários, saía às segundas-feiras. Mas, quando a censura passou a ser feita em Brasília, nos primeiros meses de 1973, ficou decidido que só poderiam examinar o jornal na terça-feira. A edição teria, então, que ficar pronta na segunda-feira à noite, quando as matérias eram enviadas a Brasília e entregues à Polícia Federal na terça pela manhã. Já censuradas, eram devolvidas no dia seguinte e só então enviadas para o Rio, onde a edição teria de ser remanejada por causa dos cortes. Esse processo atrasou a circulação do jornal em uma semana. Para contornar a situação, *Opinião* passou a sair às sextas-feiras.

O jornal teve várias edições apreendidas e chegou a sofrer atentados terroristas. A tiragem, que havia chegado a 40 mil exemplares, despencou rapidamente para 10 mil. Nos primeiros meses do Governo Geisel ocorreram alguns sinais de abertura política, com a censura prévia sendo retirada de algumas publicações como *O Estado de S. Paulo*, *Veja* e *O Pasquim*. Mas permaneceu em outras, como na *Tribuna da Imprensa* e no *Opinião*. Entretanto, passou a haver mais liberdade para tratar de certos assuntos e a vendagem subiu.

Esse período durou pouco e a censura tornou a endurecer, a venda caiu novamente e a equipe do *Opinião* começou a questionar a razão de ser do jornal. Duas edições – as de números 195 e 205 – foram apreendidas. A última porque o pequeno trecho transcrito de uma matéria publicada na *Folha de S. Paulo* havia sido vetado e saiu por engano.

A edição número 230, de 1º de abril de 1977, foi a última submetida aos censores. Quatro dias antes, uma segunda-feira, todos os textos, ilustrações e anúncios haviam sido enviados a Brasília, para serem submetidos à censura prévia na terça-feira. O correspondente do jornal naquela cidade ditou para a sede do semanário, no Rio, os inúmeros cortes a serem feitos. Naquela mesma noite, o jornal foi composto e na quinta-feira saiu da impressora a edição bem diferente daquela autorizada pela censura. Trazia uma matéria com discurso do senador gaúcho Paulo Brossard, com chamada de capa, e que foi incluída na edição à última hora. Certamente, não teria sido liberada se tivesse passado pelos censores. Assim como seu extenso editorial, onde o *Opinião* prometia aos leitores voltar, mas sob uma condição, sem censura:

Este é o último número de *Opinião* a circular sob o regime de censura prévia. Só voltaremos a circular quando estivermos inteiramente livres de censura. Isto é, LIVRES.
(...)

Se chegamos, agora, ao fim desta etapa, se interrompemos, com este número, nosso contato com os leitores é que uma censura obstinada e destruidora já conseguia barrar-nos todos os caminhos; já nos vedava a própria transcrição de notícias amplamente divulgadas pela imprensa diária. (...) Quando Wladimir Herzog – que foi nosso chefe de sucursal em São Paulo – morreu em circunstâncias dramáticas quando detido pelos órgãos de Segurança, não pudemos sequer noticiar o fato, como fizeram os jornais. O convite para a missa de sétimo dia de Herzog, tivemos de publicá-lo em forma de anúncio, em outros jornais.

(...)

O ponto principal do assédio a *Opinião* era sem dúvida de ordem financeira. Nos quatro e meio anos de existência do jornal os 230 números que publicamos somaram 5.796 páginas impressas. Se acrescentarmos a este número as matérias vetadas pela censura, teríamos publicado um total de 10.548 páginas. É que precisávamos fazer semanalmente, para cada jornal publicado, quase dois. Não parou aí a ação da censura, esta chegou ao extremo de vetar matéria publicitária paga e anúncios inseridos em nossas páginas. A Fundação Getulio Vargas, que autorizou a publicação em nossas colunas de uma série de anúncios dos livros que editava, suspendeu intempestivamente a meio essa publicidade, em meados de 1974. O mesmo fez a Petrobrás, em meados de 1976. Com o brutal aumento dos custos gráficos, que foi de 70 por cento nos últimos seis meses, mais o aumento dos jornalistas, iríamos trabalhar, a partir de agora, com um prejuízo semanal superior a 30 mil cruzeiros.

Arcaríamos, ainda assim, com o prejuízo, faríamos todos os sacrifícios necessários para manter *Opinião* nas bancas, nas mãos dos leitores, dos congressistas,

do povo, de todos aqueles que partilhavam da nossa reflexão sobre os problemas do país. Mas que jornal estávamos nós passando a propor ao público? Que *Opinião* era essa que oferecíamos, mutilada, aviltada, desfigurada? Que matéria para meditação podíamos oferecer quando não mais podíamos sequer transcrever notícias já publicadas ou frases pronunciadas pelo presidente da República?

(...)

Talvez por termos sido nós, precisamente, a primeira publicação que recorreu contra a censura e que desvendou os mecanismos em que se firmava. Contra a censura apelamos ao Tribunal Federal de Recursos, em 1973, pela voz destemerosa do advogado Aduino Lúcio Cardoso, que levantou a preliminar de sua inconstitucionalidade. Ganhamos a causa, naquele Tribunal. Mas a decisão foi anulada pelo presidente Médici, ficando então nós, de *Opinião*, e o país inteiro, sabendo que a censura prévia à imprensa resultava de um despacho presidencial de 1971, até então secreto, baseado no AI-5. Desde então a censura nos dedicou uma atenção toda especial. O preço que pagamos foi o de conviver, até hoje, com a censura prévia, com o veto a alguns de nossos melhores colaboradores, com a paulatina erosão dos temas que nos eram permitidos, com a destruição do estilo, da qualidade dos nossos textos submetidos a uma censura freqüentemente bronca e sempre surda a qualquer apelo.

Aqui, portanto, fazemos nossas despedidas da censura. Dos leitores, não. Porque voltaremos um dia a ser LIVRES. Só encerramos, temporariamente, esta primeira etapa à espera do direito de opinar. A pausa que nos impomos não é de resignação e sim de protesto. Não paramos nossas máquinas com melancolia

e sim com indignação, esta boa e bela indignação que lavra entre tantos brasileiros inconformados

com o cerceamento de suas liberdades, a primeira das quais é a de pensar e a de dizer o que se pensa. Aguardamos, confiantes, o retorno ao país do livre direito de opinião.²⁷

A edição de número 231 – a última –, de 8 de abril de 1977, apareceu com o carimbo “livre” sobre o logotipo do jornal. A chamada para a matéria principal, ao lado de uma charge do presidente, dizia: “Geisel – O AI-5, de novo”. Quase toda a edição do jornal foi apreendida pela Polícia Federal por ordem do ministro da Justiça, Armando Falcão. O diretor de *Opinião*, Fernando Gasparian, foi processado por “desobediência civil”. A impressão do número 132 foi impossível. Gráfica e distribuidoras foram avisadas de que o jornal estava proibido de circular sem censura prévia. A redação, então, decidiu que o *Opinião* só voltaria quando a censura fosse extinta para todos os jornais.

27 Trechos do editorial publicado na edição 230 do jornal *Opinião*, em 1º de abril de 1977, sob o título “Fim de uma etapa”.

Movimento

Em 25 de fevereiro de 1975, por decisão de Fernando Gasparian, Raimundo Pereira havia sido afastado da direção do *Opinião*. Em solidariedade, um grupo de jornalistas que fazia parte da equipe e era originário da revista *Realidade*, também pediu demissão e, junto com Raimundo, resolveram fundar o *Movimento*. Segundo o jornalista, sua saída do *Opinião* teria sido motivada por divergências políticas quanto ao apoio ao governo Geisel e ao projeto de abertura política. Na edição especial de lançamento do novo semanário, ele diz:

(...) Havia dois textos básicos de explicação dos acontecimentos, mas que não saciavam a curiosidade dos interessados: o de Fernando Gasparian, publicado em *Opinião*, uma nota curta falando da saída da equipe, e o da redação redigido pela equipe e lido na Associação Brasileira de Imprensa, no Rio. Como a redação explicava a saída em termos políticos e o Fernando em termos pessoais, mais especialmente das minhas características pessoais, havia rumores desses dois tipos. (...)

Foi nomeada uma comissão de 16 pessoas, com representantes de todas as tendências existentes na equipe. Inicialmente, decidiram seguir os princípios norteadores do *Opinião*, com poderes para decidir quem seria o editor-geral e opinar nas relações internas da redação.

O controle acionário do jornal foi distribuído entre cerca de 200 pessoas. A criação da Edição S.A. possibilitou a existência do jornal, distribuindo cotas para atingir o capital necessário ao empreendimento. A opção foi por um periódico mais popular, que atingisse também a classe trabalhadora. Aliás, um dos pontos inseridos no

programa político-editorial do *Movimento* foi a luta pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Em seu número 25, por exemplo, numa edição especial sobre a condição feminina, a temática central era a da “Mulher no trabalho”.

A questão da democracia manifestava-se na luta pelo retorno do país ao pleno estado de direito com a anistia ampla, geral e irrestrita e a formação de uma Assembléia Nacional Constituinte livre e soberanamente eleita. A frase *Por um jornal democrático e popular, independente e pluralista* foi uma constante em todas as edições, reafirmando à exaustão os princípios do semanário.

Desde seu lançamento até o dia 5 de junho de 1978, quando a censura foi oficialmente suspensa, *Movimento* teve 3.093 artigos e 3.162 ilustrações cortados. Quando finalmente ficou livre, pôde falar de assuntos antes proibidos como a tortura. No número 155, de 19 de junho de 1978, aparecia na capa com destaque: “Primeira edição totalmente planejada e executada sem censura”.

Em substituição às matérias vetadas pela censura, *M* costumava publicar lembretes de autopropaganda ou de ênfase programática, tais como: retângulos com fundo branco ou negro, com a inscrição “Leia *Movimento*” ou “Leia e assinie *Movimento*”, ou ainda “Os Jornais Independentes Dependem do Leitor – Leia, assinie e divulgue *Movimento*”, ou também “Leia, assinie e divulgue *Movimento*, um jornal democrático”.(...) ²⁸

O fechamento do *Movimento*, em 23 de novembro de 1981, foi precedido por uma reunião sobre a crise financeira que vinha rondando o jornal. As causas, entretanto, não se deveram apenas aos aspectos econômicos ou mesmo ao fim da censura.

28 AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado autoritário (1969-1978): O exercício cotidiano da dominação e da resistência*: O Estado de S. Paulo e Movimento.

(...) Prendem-se a dois fatores. De um lado, relacionam-se ao próprio momento histórico vivenciado, ao lado dos objetivos do grupo representado no poder do Estado. De outro, à situação interna do periódico (concebido como um órgão de “frente progressista”) com as decorrentes dificuldades de manutenção de correntes divergentes face a um projeto político cada vez mais definido.²⁹

Na verdade, o fim da censura prévia não representou o fim das pressões sobre *Movimento*. Outros meios foram utilizados, como a abertura de um inquérito contra o diretor-responsável do semanário, Antonio Carlos Ferreira, por uma série de reportagens sobre a corrupção governamental, que só foi revogado após o processo de anistia, em 1979. Outro fator foi a série de bombas nas bancas de jornais, em 1980, que atingiu os jornais alternativos, pois os locais escolhidos para as explosões eram as bancas que os vendiam. Em seu número final, *Movimento* assim se posicionou sobre a questão:

Em meados de 80, os jornais oposicionistas são duramente golpeados pelos setores fascistas aberturistas, atingindo de maneira mais profunda jornais que, como *Movimento*, dependem essencialmente da venda em bancas. Os números são claros para *Movimento*, que antes dos atentados vendia mais de nove mil jornais e passa a vender menos de quatro mil no período posterior. Foi o começo de uma crise definitiva.

O próprio desdobramento do processo de abertura trouxe à tona projetos antes abrigados sob uma mesma “frente”.

29 Id. *ibid.*

Movimento passou a sofrer, em sua própria redação, as divergências advindas das diferentes concepções quanto ao encaminhamento do processo político brasileiro. Esses “rachas” acabaram resultando na saída de muitos jornalistas que viriam a criar, mais tarde, o *Amanhã* e o *Em Tempo*.



Grande parte dos alternativos teve vida curta. *Ex*, de 1973 (acima), durou dois anos e foi o primeiro a destacar a morte do jornalista Vladimir Herzog. Pela importância dada ao fato, começou a sofrer censura prévia. Exemplos de tablóides feministas: *Mulherio* e *Nós, Mulheres* (abaixo).





Exemplos de jornais de tendências políticas específicas: *Hora do Povo*, *Voz da Unidade* e *A Classe Operária*.



A paulista *Reportagem* já completou cinco anos de idade e, além da revista mensal, tem também uma versão na internet atualizada diariamente.





Lançada em abril de 1997, *Caros Amigos* é um exemplo do moderno jornalismo alternativo. Mensal, tem também uma *homepage* na internet.



Novos caminhos

Cinco anos de Reportagem

Raimundo Rodrigues Pereira*

O que é o jornalismo, em primeiro lugar? Jornalismo é um tipo de trabalho intelectual. É, digamos, uma linha de frente do trabalho intelectual. Vem de *jour*, dia. O jornalismo é uma criação histórica, atende a uma necessidade social. Há cerca de 200 anos existe a necessidade e a possibilidade social de se ter uma primeira notícia organizada dos acontecimentos mais relevantes, todos os dias. E isso deve ser feito da *forma mais objetiva possível*. O que isso quer dizer? Digamos que há duas formas de ver o mundo. Uma é a *fundamentalista*: a verdade está no livro sagrado; tudo o mais decorre. Como dizia o grande censor que tocou fogo em todos os outros livros menos no livro que continha a *verdade suprema*: ou eles eram decorrência do livro divino e, portanto, inúteis; ou divergiam do livro divino e eram, portanto, heréticos e também mereciam ser destruídos.

Outra forma de ver o mundo é a do *bom jornalista*. A realidade é maior que as teorias sobre o mundo: então, é preciso estar atento à realidade, às novidades, às manifestações da realidade objetiva. Para manter em revisão constante as idéias que temos sobre o mundo. A verdade não é algo que estava pronto no início do mundo e veio se desdobrando de lá para cá, pelo tempo imemorial. O mundo e sua representação, como nos ensina a física relativística, está aqui e agora – presente e passado, em busca permanente de reinterpretação. O jornalismo é assim um primeiro combate em busca do novo. Nos ajuda a pensar direito, para que possamos confrontar nossas idéias com a realidade; para que possamos construir a verdade a partir dos fatos de hoje, do dia-a-dia.

O que é o *jornalismo alternativo*? A chamada *imprensa alternativa* no Brasil teve grande destaque nos anos 1964-1984, o período da ditadura militar, com jornais como *Opinião*, *Movimento*, *O Pasquim*. Hoje, *Reportagem* e *Caros Amigos* são vistas como parte da *imprensa alternativa*. O debate sobre o *jornalismo alternativo* tem uma vasta literatura no Brasil recente. É um debate que freqüentemente emperra, porque se restringe a aspectos formais. A circulação, por exemplo: *Veja* é *jornalismo* porque tem tiragem de 1 milhão de exemplares e *Reportagem* é *jornalismo alternativo* porque tem uma tiragem de 10 mil exemplares. Nesse sentido se poderia chegar ao absurdo de dizer também que *The Economist*, que é talvez a revista semanal mais influente do mundo, seria também *jornalismo alternativo* porque, no Brasil, não tem uma circulação maior que a nossa.

É claro que a questão não é essa. O jornalismo chamado alternativo é alternativo não à forma da imprensa das grandes empresas, mas ao seu conteúdo. A forma do jornalismo alternativo pode ser diferente da forma do jornalismo comercial, mas basicamente a imprensa alternativa que nos interessa analisar é a que tem um conteúdo diferente, uma posição social – cultural, econômica e política – diferente da que tem o jornalismo das grandes empresas.

A questão não é ter ou não posição. Nenhum jornalismo cai do céu, feito pelos anjos, de forma neutra, sem defender interesses. Todo jornalismo tem uma posição, um *partido*. Todo observador tem uma posição, todo jornalista parte de um ponto de vista inicial. Um jornalista está acompanhando uma marcha de sem-terra. De repente surge uma centena de PMs que começam a atirar bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha para deter a marcha. O jornalista está em determinada posição, corre de certa forma para se proteger e para continuar observando os acontecimentos. Obrigatoriamente ele vê, como todos, apenas

parte do acontecimento. A rigor, se a matéria depender apenas de seu relato, ele deveria, além de descrever o que viu, dizer onde estava, que roteiro percorreu.

E não é só isso. O repórter é a figura central do jornalismo e sua tarefa é a busca do novo. Mas tem o editor, aquele que manda o repórter observar e depois edita, reescreve. Mais ainda: os jornais têm dono; é o dono quem escolhe o editor; e ele não faz isso de modo aleatório, não escolhe como editor alguém que se dispõe a editar o jornal de um ponto de vista oposto ao seu. Com o jornal de um partido ou com o jornal de uma empresa é o mesmo. O jornal partidário parte do ponto de vista do partido do mesmo modo como o jornal da empresa parte do interesse da empresa. E tem limitações e vantagens decorrentes desse ponto de vista, assim como o jornal da empresa.

Os jornais alternativos brasileiros da época da ditadura foram, de um modo geral, jornais de combate à ditadura militar e ao modelo de desenvolvimento implantado no país pelos militares. Hoje, jornais de combate à ditadura militar seriam inúteis porque não há mais ditadura militar. Vivemos num regime democrático; é um regime democrático de um certo tipo, com certeza – com liberdades sociais efetivamente amplas para uma minoria e com liberdades sociais apenas potencialmente amplas para uma grande maioria de pobres e marginalizados. Mas, de qualquer modo, é um regime de liberdades políticas formais, como raramente se teve na história brasileira.

A *imprensa alternativa de hoje* se define como uma alternativa de conteúdo à imprensa dos monopólios de comunicação, que são peças essenciais de um modelo de desenvolvimento hoje disseminado pelo mundo e que privilegia o dinheiro acima de todos os outros interesses. “Você nunca perde dinheiro quando subestima o nível de consciência do povo”, dizia William Randolph Hearst, o que pode ser chamado de o pai da *imprensa*

popular dos monopólios, criada no final do século XIX. Hearst foi imortalizado por Orson Welles, em *O Cidadão Kane*.

Ao contrário dos primeiros empresários da imprensa, como os do *The Economist*, que achavam que jornalismo é um esforço para o conhecimento e um movimento em defesa da inteligência, os empresários da imprensa dos monopólios perceberam que poderiam ganhar dinheiro explorando a subcultura das grandes massas. Daí surgiu a imprensa dos grandes escândalos, dos crimes, das manchetes sempre sensacionais, em letras garrafais, que simulam a existência diária de grandes novidades e que, no fundo, serve para ganhar dinheiro e manter o povo com um grau de conhecimento do mundo sempre relativamente inferior ao que ele próprio desenvolve na sua vida cotidiana. Os jornais comerciais como o *Times* de Londres que, na época, vendiam cerca de 30 mil exemplares diários foram substituídos por esses jornais *populares* escandalosos que em poucos anos estavam vendendo 1 milhão de exemplares diários.

Hoje, a imprensa parece dividida em duas, feita para dois públicos diferentes: para a elite culta e para o povo. No caso das revistas semanais de informação, que são em princípio um passo adiante no esforço de aprofundar o significado da informação acumulada ao longo de uma semana e lhe dar maior profundidade, por exemplo, a revista da elite culta é o *The Economist*, com uma circulação global de cerca de 800 mil exemplares, de alta qualidade, repórteres pelo mundo inteiro cobrindo assuntos de enorme relevância, de um ponto de vista conservador, mas com enormes recursos e profundidade. Para o povo – no caso, a classe média, porque o povo mais pobre mesmo nem jornal mais compra – as revistas são o *Time* magazine, para um público global, com cerca de 10 milhões de exemplares de circulação, e a *Veja*, para a classe média brasileira, com cerca de 1 milhão de exemplares de circulação. O *Time*, de 1923, é a cópia piorada do

The Economist, de 1843. A *Veja*, de 1968, é a cópia piorada do *Time*. Com isso, a qualidade da informação do povo vai se reduzindo e, conseqüentemente, as possibilidades de um sistema democrático mais avançado, são menores.

É nesse contexto que é necessário uma imprensa verdadeiramente alternativa à imprensa dos monopólios, preocupada em quebrar essa divisão entre vanguarda e massa e em levar o conhecimento dos fatos mais relevantes a um público mais amplo – nesse sentido, *verdadeiramente popular*. *Reportagem* se situa entre os esforços para construir esse tipo de imprensa. Pode parecer absurda a pretensão, tendo em vista a pequena tiragem da revista. De fato, nos dias de hoje, há uma contradição: o que tem ampla aceitação popular – programas como os do *Faustão*, do *Gugu*, *Ratinho*, por exemplo – freqüentemente não tem conteúdo popular. E o que tem um conteúdo popular, não alcança as camadas populares.

Para compreender melhor como esse problema se resolve é preciso uma discussão maior. É preciso ver que o que é verdadeiramente novo e importante freqüentemente é também estranho e não é reconhecido. A humanidade levou milênios para aceitar que a Terra era redonda e que não era o centro do mundo. Quando essa notícia surgiu, há mais ou menos 500 anos, a primeira atitude dos poderosos do momento foi censurá-la. Com o tempo, no entanto, ela se afirmou. É preciso ver também que dificilmente haverá uma imprensa de elevado conteúdo cultural e ampla circulação num sistema social como o brasileiro, onde há dezenas de milhões de miseráveis que mal têm acesso à comida e dezenas de milhões de pobres que não têm dinheiro para gastar com uma informação de melhor qualidade nem tempo de sobra para elevar seu nível de estudo e informação.

E, por último, deve-se dizer que, a despeito de todos esses obstáculos à existência de uma imprensa verdadeiramente

popular de ampla circulação e em condições piores ainda – como as da ditadura militar recente no Brasil –, existiram jornais como *Opinião* e *Movimento*, que, apesar de circulação relativamente restrita, estão inscritos no quadro de honra da imprensa do país. *Reportagem* faz cinco anos pretendendo seguir essa tradição e ampliar as suas conquistas.

(*) O jornalista Raimundo Rodrigues Pereira foi editor de política da revista *Veja* (de 1969 a 1970), editor especial da revista *Realidade* (de 1971 a 1972), editor-chefe dos jornais *Opinião* (de 1972 a 1975) e *Movimento* (de 1975 a 1981). Desde 1997 é diretor-executivo da revista *Reportagem*. O presente artigo foi publicado na edição comemorativa dos cinco anos da revista, em setembro de 2004.

Caros Amigos – Um outro jornalismo é possível

*Francisco José Bicudo Pereira Filho**

Quando a primeira edição da revista *Caros Amigos* chegou às bancas, em abril de 1997, poucos acreditavam que a publicação pudesse ter vida longa. Formato tablóide, maior do que o convencional utilizado pelas revistas, capa toda em preto-e-branco, com tiragem inicial de 50 mil exemplares, ela já anunciava, no editorial daquele primeiro número, seus princípios de atuação. Eles procuravam justamente resgatar a prática de um jornalismo independente e alternativo, capaz de oferecer um contraponto ao discurso único neoliberal e aos modelos pasteurizados de noticiário, consagrados, de maneira hegemônica, pelos grandes veículos de comunicação – a chamada imprensa de referência.

Caros Amigos é uma reunião de inteligências e talentos que andam espalhados por diversos meios de comunicação, alguns; e outros que estão marginalizados por todos os meios. Têm, esses talentos e inteligências, diferentes modos de pensar e interpretar a realidade, mas se identificam, todos, num ponto crucial: a ética, preocupação primeira desta revista mensal que vai para as bancas do país inteiro com a intenção de discutir o Brasil e o mundo de hoje de um ponto de vista original, pelo menos no que se refere ao atual mercado de publicações (...). E que traga tudo isso sem ser aborrecida, mas com bom-humor; sem academicismo, mas com linguagem cotidiana; sem partidarismo, sem vanguardismo, sem voluntarismo; na verdade, sem nenhum ismo.³⁰

A edição de estréia vendeu 20.800 exemplares, número bastante significativo para os padrões nacionais. O núcleo inicial que abraçou a proposta e decidiu investir na publicação era formado pelos jornalistas Sérgio de Souza, Roberto Freire, Chico Vasconcellos e João Noro.

Caros Amigos nasceu contra-hegemônica. A gente sonhava com a independência dos jornalistas, que eles pudessem escrever aquilo que quisessem e da maneira que quisessem. Mas a gente não queria ser ‘nanico’, que é algo marginal, desprezado; queríamos ser profissionais, com direito à venda e inserção nacional, como qualquer outro veículo. Foi uma tentativa de reedição do jornalismo da paixão, que a gente conseguiu fazer em *Realidade*.³¹

Desde seu surgimento, a revista funciona com base na militância de diversos colaboradores mensais, que ajudam a manter vivo o projeto. São todos “caros amigos”, que investem na proposta e na publicação sem remuneração fixa, adotando a perspectiva de que “se um dia der certo mesmo e a revista ganhar dinheiro, todo o mundo que dela participa ou participou também vai ganhar dinheiro”. Mensalmente, aparecem em suas páginas colaboradores como Léo Gilson Ribeiro, Emiliano José, Ana Miranda, César Benjamin, Emir Sader, Frei Beto, Mylton Severiano, Guto Lacaz, Gilberto Vasconcelos, dentre tantos outros.

A redação funciona mais de fora para dentro do que de dentro para fora, na medida em que a maior parte do material publicado vem dos colunistas, dos que assinam seções fixas, do autor do ensaio fotográfico, e de repórteres e fotógrafos. A receita de cada edição é completada pela grande entrevista,

31 Roberto Freire, em entrevista ao autor.

feita pelo pessoal da redação e profissionais convidados, por reportagens e perfis, pela seção de cartas dos leitores e pelo pequeno editorial.³²

Uma boa definição do projeto de *Caros Amigos* nos é oferecida por Muniz Sodré, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Ele faz uma precisa distinção entre jornalismo e mídia. No primeiro caso, afirma que se trata de uma prática comprometida com a publicização das idéias e a democratização do conhecimento, o reportar com ética. No entanto, avalia o pesquisador, quando deixa de ser apenas um mediador social para se consolidar como agente criador de realidades, o jornalismo abandona também seus ideais primeiros, e não pode mais ser chamado como tal. Seu novo nome: mídia. A reboque do mercado e do capital transnacional, dos grandes conglomerados e corporações, e organizando o sentido e o significado das informações a partir dessas relações, é ela quem agora nos oferece um mundo e valores próprios. É ela quem cria e molda suas próprias histórias. Hegemonicamente, é esse o estágio que conhecemos atualmente. E é com base nessas explicações prévias que Muniz sentencia:

A revista *Caros Amigos* é uma intervenção direta do jornalismo na mídia. O jornalismo feito pela revista garante a sobrevivência de um estilo de publicismo no interior de uma mídia que está por demais comprometida com a tecnologia, o espetáculo e o mercado. *Caros Amigos* tem compromisso com o pensamento crítico humanista, é um jornalismo de idéias e debates, sem ser panfletário. Ela se dirige a cidadãos, e não a consumidores.³³

32 Sérgio de Souza, em entrevista ao autor.

33 Muniz Sodré, em entrevista ao autor.

Nestes oito primeiros anos de vida, a revista cresceu, conheceu sérias dificuldades financeiras, quase fechou suas portas, voltou a respirar, encontrou seu espaço, e, atualmente, salvo acidentes de percurso e as obras do imponderável, é possível afirmar que se trata de um projeto jornalístico e empresarial estabilizado e consolidado. Em seu percurso, incorporou outros jornalistas (José Arbex Jr. e Marina Amaral, por exemplo), e acabou perdendo dois de seus mentores intelectuais – João Noro e Roberto Freire. Para setores representativos da sociedade brasileira (empresários, intelectuais, professores, estudantes, dirigentes políticos, pesquisadores, artistas, militantes de movimentos sociais), *Caros Amigos* se afirmou como uma das grandes novidades em termos de jornalismo nacional, nesses últimos tempos. Por motivos diversos, pode ser entendida como uma nova representante da vertente alternativa do jornalismo nacional – não simplesmente uma cópia de experiências antigas e que devem ser compreendidas dentro do contexto em que se manifestaram, mas como uma releitura atualizada e revigorada de trajetórias que se (re)articulam, interagem e se somam.

Em primeiro lugar, embora sua fórmula não seja de fato nova ou revolucionária, ela ganha importância e repercussão pública justamente por resgatar a preocupação com os textos de autor e as narrativas bem apuradas e contadas. Além disso, abre espaço para a pesquisa em profundidade e para as reflexões que rompem com a perspectiva da verdade absoluta e do pensamento único neoliberal, dando contornos claros a seu viés contra-hegemônico – e, nesse sentido, ela seria uma espécie de “oxigênio revitalizador”, um contraponto à atual produção feita pela grande imprensa. Abre espaço, portanto, uma agenda pública de debates que é diferenciada, além de consagrar outras maneiras de se praticar o jornalismo. *Caros Amigos* recupera e reafirma também um ideal e uma prática que há muito tempo deixaram de existir na grande imprensa: o espaço para o aprendizado e a formação de novos jornalistas, que nela se

encontram com as gerações mais antigas do jornalismo brasileiro. Com isso, a revista abre suas portas para uma espécie de grande laboratório, para a prática da troca de idéias e conhecimentos.

É uma tentativa de fazer jornalismo independente, em dois sentidos: não estar ligado a nenhum grupo econômico poderoso e poder olhar para a realidade e se dar o direito de enxergar coisas que a grande imprensa normalmente não procura. (...) O espírito da revista é diferente e se reflete no produto final. Há uma troca intensa. Todo mundo lê as matérias e dá palpite, opina nas chamadas de capa. Não é uma democracia que funciona por decreto, mas uma situação que foi construída no dia-a-dia, e que se consolida em virtude da proximidade das pessoas e de seu envolvimento com o projeto. Aquela coisa que a *Folha de S. Paulo* tanto queria, de vestir a camisa, aqui acaba acontecendo naturalmente, porque as motivações são outras.³⁴

Sem “gancho” ou algo muito “quente” ou factual-objetivo (por mais discutíveis e subjetivos que sejam esses conceitos), a imprensa diária dificilmente publicaria matérias sobre as mulheres do Islã, o uso da camisinha por adolescentes da periferia, a marcha dos trabalhadores rurais sem-terra. Perguntariam seus editores: “Onde está o lide? Mas todos já não sabem disso? Qual a novidade? Por que essa matéria deve aparecer agora”? A lógica e percepções e preocupações jornalísticas de *Caros Amigos* são outras, bem como seus critérios de noticiabilidade. Não é pautada pelo mercado consumidor, mas pela cidadania. O retrato e recorte social que nos apresenta também são distintos. Para eles, o que faz parte da humanidade e do mundo em transição pode e deve ser mais bem conhecido e compreendido. E o jornalismo é uma das janelas que pode ser aberta e propiciar esse diálogo e encontro. Há, portanto, uma ampliação

34 Marina Amaral, em entrevista ao autor.

enriquecedora do conteúdo, da agenda, da possibilidade de pautas e dos assuntos colocados ao debate público.

Salta aos olhos também a capacidade singular que a revista tem de contar e narrar boas histórias. Em vez do consumo fácil, a fruição reflexiva – e namorada, portanto, do jornalismo literário. Não se trata de incursões puras ou diletantes pela literatura ou pelo romance, como desejarão argumentar alguns arautos da objetividade, na tentativa de desqualificar o trabalho da revista. O que ela faz é jornalismo, pois firmemente ancorado na realidade. Para Sérgio de Souza, a revista sempre teve a vocação para a reportagem:

Nem estamos publicando tantas reportagens quanto gostaríamos. Acredito que exista um público desejoso de reportagens, como em qualquer lugar do mundo. Não acredito que as pessoas não gostem ou não tenham tempo de ler, como se apregoa hoje em dia. As editoras de revista que defendem essa tese estão, na verdade, voltando seus investimentos para matérias ligeiras por duas razões principais. A primeira é ideológica: elas não estão preocupadas com a cidadania, e sim com consumidores. A segunda é de ordem econômica: como o que lhes interessa é primordialmente o lucro, não se dispõem a investir em reportagem, um gênero de jornalismo de alto custo.³⁵

Na mesma linha de raciocínio, Marina Amaral não poupa críticas aos veículos da grande imprensa. Ela afirma que, antes, havia muito mais preocupação e capricho com o texto e a linguagem.

Mas essas coisas se perderam. Hoje, usa-se sempre um texto curto e fácil, simplista. Muitas vezes recorre-se à “fórmula *Veja*”, que tenta trazer todas as informações sobre um determinado tema e encerrar o assunto. Com isso, você se torna impositivo, não

35 Sérgio de Souza, em entrevista ao autor.

questiona, e aí se cria uma única realidade possível. É por isso que a gente investe no sentido contrário, na reportagem e nos textos de autor. E eu não estou falando apenas das grandes reportagens. Acho que um dos desafios da revista é justamente pensar pautas e reportagens pequenas e redondas.³⁶

Ao cultivar a entrevista-testemunho, o depoimento, *Caros Amigos* busca inspiração, aproxima-se e encontra-se com a história oral; quando registra em suas páginas o produto dessa conversa, respeitando o jeito de ser e falar de cada um dos entrevistados, sua oralidade, a revista dialoga com a literatura; na medida em que amplia os níveis de contextualização, apresentando o entrevistado como um sujeito de um mundo complexo e envolvido por diferentes forças e conflitos sociais, ciente de que os fatos e sujeitos não existem de maneira isolada, a publicação namora com a sociologia.

Sem poder contar com os anunciantes e a propaganda, que pouco se interessam em investir em uma revista de “esquerda”, *Caros Amigos* tem buscado sua sustentação e garantia de vida no contato e no diálogo direto com seu maior patrimônio – seus próprios leitores. Com tiragem de 50 mil exemplares, a revista vende nas bancas, em média, 13 mil por mês. Em fevereiro de 2005, contava com aproximadamente 13 mil assinantes. No mesmo mês, custava (preço de capa) R\$ 7,00.

E, por todas essas razões, acreditamos que é possível afirmar que a revista é uma reinvenção criativa, inovadora e recontextualizada das experiências e propostas consagradas na década de 70 pela chamada imprensa alternativa e independente. *Caros Amigos* é, atualmente, a principal representante dessa vertente, à medida que recupera “a função social de criação de um espaço público reflexo, contra-hegemônico”.³⁷

36 Marina Amaral, em entrevista ao autor.

37 KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*.

Junto com ela, caminham publicações como *Reportagem* e *Carta Capital*; sites como o da agência Carta Maior; veículos sindicais, das ONGs e do terceiro setor; rádios comunitárias; emissoras de TV públicas, educativas, universitárias e comunitárias. Todos ajudam a compor o novo universo alternativo.

Diante do atual contexto histórico vivido pelo Brasil, *Caros Amigos* tem agora o desafio de redimensionar e talvez até mesmo redefinir o conceito e a prática da imprensa alternativa. Irá se transformar em porta-voz das visões e políticas oficiais? Ou funcionará como uma espécie de grilo falante e voz crítica da razão, sempre independente, capaz de debater e dialogar com os novos rumos e atores-protagonistas do país, continuando a abrir espaço para reflexões críticas? *Caros Amigos* vive outros grandes desafios de sua existência – e não pode se recusar a enfrentar esses dilemas. A encruzilhada se anuncia. Mas ainda é cedo para avaliações mais aprofundadas. O tempo dirá quais os rumos que a revista decidiu seguir.

(*) Francisco Bicudo é jornalista e professor universitário, mestre em Ciências da Comunicação pela ECA/USP, e autor do livro *Caros Amigos e o resgate da imprensa alternativa no Brasil*.

Bibliografia

ABRAMO, Perseu. *Um trabalhador da notícia: textos de Perseu Abramo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de S. Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999.

ARBEX JR., José. *Showrnlismo: a notícia como espetáculo*. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

BUCCI, Eugênio. *Sobre ética e imprensa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CADERNOS DA COMUNICAÇÃO. Série Estudos; v. 7. *New Journalism: a reportagem como criação literária*. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Especial de Comunicação Social. Rio de Janeiro: A Secretaria, 2003.

CAPARELLI, Sérgio. “A Imprensa Alternativa Revisitada”. In: *Revista de Biblioteconomia & Comunicação – Vol. 3*. Porto Alegre: UFRGS, 1986.

Imprensa alternativa & literatura: os anos de resistência. Rio de Janeiro: Centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular da RioArte, 1987.

FONSECA, Francisco César Pinto da. *Divulgadores e vulgarizadores: a grande imprensa e a constituição da hegemonia ultraliberal no Brasil*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, em maio de 2001.

GARCIA, Néelson Jahr. *Sadismo, sedução e silêncio – propaganda e controle ideológico no Brasil: 1964-1980*. Versão para eBook: eBooks Brasil.com, 1999, 2005

HALIMI, Serge. “Contra o jornalismo de mercado, incentivar a dissidência”, texto da internet: www.diplo.com.br/9912/times.htm.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta Editorial, 1991.

_____. *A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

KÜNSCH, Dimas Antônio. *Maus pensamentos: os mistérios do mundo e a reportagem jornalística*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001.

MACHADO, José Antonio Pinheiro. *Opinião X censura: momentos da luta de um jornal pela liberdade*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1978.

MELLO, Maria Amélia (org.) *20 anos de resistência: alternativas da cultura no regime militar*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.

MORAES, Denis de. *O rebelde do traço: a vida de Henfil* (Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1996).

PEREIRA FILHO, Francisco José Bicudo. *Caros Amigos e o resgate da imprensa alternativa no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2004.

Revista *Caros Amigos*. Edições 01 a 49. Abril de 1997 a abril de 2001.

_____. Edições temáticas especiais. Outubro de 1997 a março de 2001.

Revista *Tempo e Presença* nº 33. Rio de Janeiro: Koinonia, agosto de 1988.

RIBEIRO, Jorge Cláudio. *Sempre alerta: condições e contradições do trabalho jornalístico*. São Paulo: Brasiliense/Olho D'Água, 1994.

SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

SODRÉ, Muniz. *Reinventando a cultura: a comunicação e seus produtos*. Petrópolis: Vozes, 1996.

Este livro foi composto em Garamond, corpo 12/16, abertura de capítulos em Times New Roman Bold, corpo 20 e corpo 15, legendas e notas em Arial, corpo 8/9. Miolo impresso em papel *offset* 90gr/m² e capa em cartão supremo 250gr/m², na Imprensa da Cidade, em abril de 2005.